



LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2012
CONTAS INDIVIDUAIS

Sociedade Aberta

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90 - Queluz de Baixo

Capital Social: 9 334 831 Euros

Conservatória Registo Comercial de Cascais / Pessoa Coletiva 500 166 587

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ACTIVIDADE DA EMPRESA	4
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	6
PERSPECTIVAS PARA 2013	10
PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	11
DISPOSIÇÕES LEGAIS	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
GOVERNO DA SOCIEDADE	13
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	56

EXERCÍCIO DE 2012

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

De acordo com a Lei e os Estatutos, submetemos à apreciação de V. Exas. os documentos de Prestação de Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 compostos pelo Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, Demonstração das Alterações no Capital Próprio e Demonstração dos Fluxos de Caixa assim como o respetivo Anexo.

INTRODUÇÃO

A Lisgráfica é uma sociedade cotada em Bolsa com um capital social integralmente realizado de 9.334.831 euros, detido em 50,9% pela Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos S.A. e em 39,4% pela Gestprint – Gestão Comércio e Indústrias Gráficas e Afins, S.A., estando o restante capital disperso em Bolsa. A última admissão à cotação ocorreu em 26 de outubro de 2009 relativamente às ações emitidas no âmbito do processo de fusão com a empresa Heska Portuguesa SA e consequente aumento de capital.

Em 2012 a economia portuguesa agravou a recessão já evidenciada no ano anterior, com o PIB a registar uma quebra de 3,3%, que compara com a contração de 1,6% em 2011. Para este facto contribuem acima de tudo as medidas a nível interno, aliadas à contração das principais economias dos países europeus.

Portugal apresentou em 2012 um ambiente económico adverso com a redução do consumo privado e do investimento público, consequência das políticas fiscais e restritivas impostas pelo Governo. A degradação da economia nacional não atingiu, no entanto, níveis mais graves devido ao bom desempenho das exportações, que subiram em relação ao ano anterior quase 10%, compensados pelo decréscimo nas importações.

Estes fatores contribuíram para que os níveis de desemprego atingissem máximos históricos, com o indicador a situar-se nos 17,3 %, cujo crescimento foi mais acentuado nos 3ºs e 4ºs trimestres de 2012. No final do ano transato este indicador situava-se nos 13,6%, o desemprego entre os jovens foi o que mais contribuiu para a variação do indicador. De igual modo, a taxa de inflação média de 2012 fica nos 2,8%, contra os 3,7% registados em 2011; este desempenho, aliado à quebra nos salários médios dos portugueses, veio a refletir-se negativamente no poder de compra e na confiança dos consumidores, que têm vindo a observar uma degradação permanente ao longo dos dois últimos anos.

A generalidade das empresas regista quebras significativas na procura e, consequentemente, nos níveis de atividade o que levou a que a maioria tenha procurado o reajustamento das suas estruturas produtivas.

As empresas da indústria gráfica não são exceção a esta onda recessiva, que tem levado ao encerramento de diversos títulos e à continuada redução do número de páginas e de tiragem das publicações periódicas, assim como à diminuição do número de trabalhos provenientes de clientes de grandes marcas comerciais. O investimento publicitário, no caso da imprensa, regista um decréscimo de quase 15% face ao ano anterior, enquanto no investimento publicitário global essa queda foi de 11%. Mais uma vez a queda no investimento em imprensa é superior à média global de mercado. De referir que esta tendência de retração no investimento publicitário se tem mantido ao longo dos últimos anos.

Foi ainda evidente, durante o ano de 2012, o desaparecimento de alguns pequenos editores que se dedicavam a publicações de média circulação, mas cuja estrutura não suportou os necessários ajustes em consequência da redução de investimento publicitário e de vendas de exemplares, tendência aliás já evidenciada no ano anterior. De referir ainda que a estratégia de encerramento de títulos foi adotada nos principais editores, situação que foi quase inexpressiva em anos anteriores.

ACTIVIDADE DA EMPRESA

No exercício de 2012, a atividade foi marcada pela redução significativa do número de cadernos impressos (redução de tiragem e nº de páginas) em consequência do efeito do decréscimo no investimento publicitário nos *media* e das políticas de marketing das principais marcas comerciais, pelo que, comparativamente a 2011 e em termos globais, regista-se uma variação negativa nas vendas de 24% as quais se situaram nos 22,4 milhões de euros. Para esta variação contribui ainda de forma significativa a redução dos trabalhos em que a Lisgráfica para além da impressão fornece o papel, como a seguir se indica:

- Faturação de impressão + papel – 46,8%
- Faturação apenas de serviços de impressão – 6,3%

A análise por segmento confirma uma quebra generalizada de vendas acima de dois dígitos percentuais, com exceção do segmento Jornais/suplementos que, com o início da impressão de vários suplementos do Jornal Público em novembro de 2011, apresenta uma variação negativa de 7,7%. No entanto, as maiores quebras registam-se nos segmentos Revistas e Listas consequência da alteração das políticas de marketing dos principais clientes que reduziram significativamente o volume de investimento nos meios em suporte de papel.

Com o decréscimo de atividade ora mencionado, a empresa desativou um dos equipamentos de impressão em rotativa, (que se encontrava totalmente amortizado) tendo concluído o exercício de 2012 com 5 máquinas de impressão em rotativa, 3 máquinas de impressão em plana e 15 máquinas de acabamento. A nível de processo produtivo a empresa procedeu ainda ao ajustamento dos horários de funcionamento nas áreas de impressão e acabamento em face do regime de *lay-off* adotado desde 01 de março de 2012 em relação a 28 funcionários.

A decomposição de vendas por tipo de produto, comparativamente com o ano anterior, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2012	2011	Var. 11/12 Em €	Var. 11/12 Em %
Revistas	9.988	14.984	-4.996	-33,3%
Jornais/suplementos	7.363	7.973	-610	-7,7%
Catálogos e Folhetos	3.471	4.506	-1.035	-23,0%
Listas	643	1.006	-363	-36,1%
Outros	990	1.060	-70	-6,6%
TOTAL	22.455	29.529	-7.074	-24,0%
(Valores em milhares de Euros)				

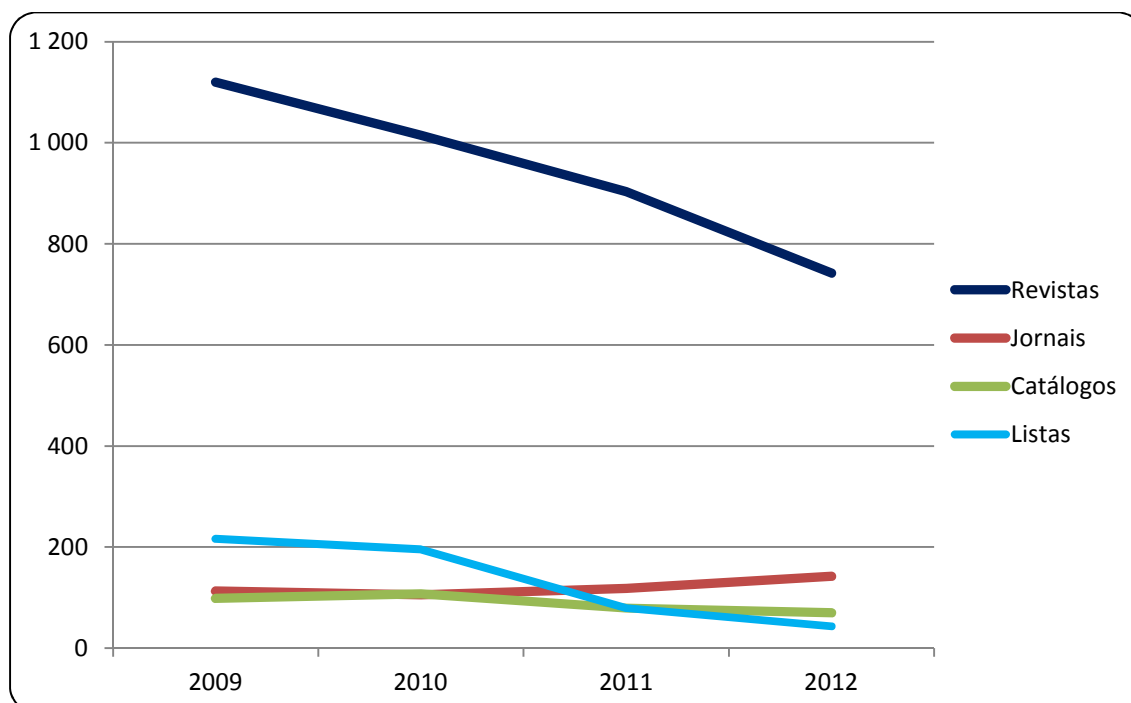
Em termos de produção de cadernos no formato A4 de 16 páginas (unidade de medida normalmente usada na indústria gráfica) a atividade apresenta um decréscimo global de 15,5%, que é mais evidente nos segmentos de impressão de Revistas e Listas devido à redução do número de páginas e de exemplares e alterações das políticas de marketing.

O maior decréscimo regista-se na família de produtos "Listas" (-46%) que inclui a impressão das listas telefónicas das Páginas Amarelas para o Continente e Ilhas.

A produção de cadernos A4 de 16 páginas em 2012 foi de 997 milhões de unidades, o que representa uma variação de - 15,5 % face a idêntico período do ano anterior, ou seja, mais do dobro da quebra ocorrida entre 2009 e 2011.

Nº DE CADERNOS PRODUZIDOS EM FORMATO A4

DESCRIÇÃO	2012	2011	Var. 11/12 Em €	Var. 11/12 Em %
Revistas	741.575.904	902.938.823	-161.362.919	-17,9%
Jornais/suplementos	142.969.150	118.155.400	24.813.750	21,0%
Catálogos e Folhetos	69.501.866	79.040.608	-9.538.742	-12,1%
Listas	43.251.000	79.446.427	-36.195.427	-45,6%
TOTAL	997.297.920	1.179.581.258	-182.283.338	-15,5%
(Unidade - Cadernos A4 de 16 pág.)				

EVOLUÇÃO Nº DE CADERNOS PRODUZIDOS A4 (Em milhões)**ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA**

Com a introdução do SNC a empresa passou a incluir um novo indicador – Resultados Correntes – que reflete os resultados decorrentes da exploração normal de atividade, o equivalente à conta Resultados Operacionais como era anteriormente designada em POC. Ficam assim fora deste indicador os custos e proveitos que em POC eram considerados como extraordinários - Indemnizações, Mais e Menos Valias de Vendas e de Imobilizado, etc. Estes valores estão incluídos na rubrica Custos e Proveitos não Recorrentes.

Os Proveitos Correntes situaram-se em cerca de 24 milhões de euros, dos quais 94% provêm diretamente das vendas e 6% de serviços prestados e outros proveitos. Comparativamente com o exercício anterior, regista-se uma redução de 22,8%; a variação registada nas vendas explica-se, essencialmente, pelo menor número de cadernos impressos e do mix de produtos em 2012.

ATIVIDADE OPERACIONAL 2012/2011

DESCRIÇÃO (Valores em milhares de Euros)		2012		2011		Var. 11/12 em €	Var. 11/12 em %
Vendas		22.455	93%	29.529	95%	-7.074	-24,0%
Out. Proveitos Correntes		1.591	7%	1.554	5%	37	2,4%
TOTAL PROVEITOS CORRENTES	1	24.046		31.083		-7.037	-22,6%
Custo Merc. Vend. e Consumid. (CMVC)		7.765	32%	11.257	36%	-3.492	-31,0%
Fornecimentos e Serv. Externos		6.938	29%	7.519	24%	-581	-7,7%
Custos Com Pessoal		7.237	30%	8.046	26%	-809	-10,1%
Amortizações e Ajustamentos		6.125	25%	5.115	16%	1.010	19,7%
Outros Custos Correntes		446	2%	913	3%	-467	-51,2%
TOTAL CUSTOS CORRENTES	2	28.511		32.850		-4.339	-13,2%
RESULTADOS CORRENTES DAS OPERAÇÕES	3	-4.465		-1.767		-2.698	-152,7%
RESULTADOS CORRENTES - %		-18,6%		-5,7%			
Proveit/Custos não Recorrentes	4	-176		422		-598	-141,7%
Imparidades Out. Créditos + Out. Prov	5	0		15.071		-15.071	100,0%
RESULTADO OPERACIONAL SNC - €	6	-4.289		-17.260		12.971	75,2%
RESULTADO OPERACIONAL SNC - %		-17,8%		-55,5%		37,7%	
EBITDA - €	7	1.660		3.348		-1.688	-50,4%
EBITDA - %		6,9%		10,8%		-3,9%	

3= (Resultados Correntes)1-2

4 = Indemnizações, Alienações Imobilizado, etc.

6 = (Resultado Operacional) 3-4-5

7 = (EBITDA) 6 + Amortizações e Ajustamentos+Prov/Custos Não Recorrentes+Imparidades Out. Créditos

Os Custos Correntes apresentam um decréscimo face ao ano anterior de 13%, em consequência da diminuição do Custo das Vendas e das medidas de redução de custos adotadas ao longo do ano. Analisando em detalhe o comportamento dos custos correntes em 2012 face ao exercício anterior é de referir:

- na rubrica CMVC a redução de 31% resulta essencialmente da redução da atividade, com especial destaque para o consumo de Papel cuja variação foi de -45,2%. Os restantes custos que compõem esta rubrica estão em linha com a normal estrutura de custos da empresa e evolução da atividade;

- nos Fornecimentos e Serviços Externos a redução de 7,7% resulta da evolução conjugada de vários fatores, entre eles, a redução de 4,5% no custo de rendas de instalações (consequência da alteração das instalações de Campo Raso), a redução de 16% no custo com Combustíveis (gás) consequência da retração na atividade e redução de 21% nos custos com Subcontratos de Impressão e Acabamento em

virtude dos trabalhos produzidos em 2012 apresentarem características que exigiram menor recurso a subcontratação;

- quanto aos Custos com Pessoal, o decréscimo registado de 10% é o resultado da redução do número de trabalhadores no âmbito da estratégia de racionalização de processos internos iniciada em anos anteriores e também do efeito da redução de custos pelo facto de desde 01 de março a empresa ter 28 trabalhadores em regime de *lay-off*, em que o custo para a empresa é de apenas 23,5%. No final do ano anterior a empresa tinha 313 trabalhadores e no final deste exercício o número tinha baixado para 289;

- as Amortizações e Ajustamentos decompõem-se em 3.844 mil Euros de custos com depreciação e amortização de bens do ativo e em 2.280 mil Euros, relativos ao reforço de ajustamentos de Cobrança Duvidosa ocorrido no exercício. A variação face ao período homólogo ocorre na rubrica ajustamentos de Cobrança Duvidosa e é justificada pelo facto de a empresa ter optado por reforçar a Imparidade para Cobrança Duvidosa relativa a um saldo devedor significativo em litígio.

Devido aos efeitos da redução verificada na atividade, os Resultados Correntes das Operações apresentam uma depreciação significativa face aos valores registados no ano anterior.

O Resultado Operacional mantém-se negativo, embora com uma melhoria muito significativa face ao registado no ano anterior, exercício no qual a empresa registou o forte impacto dos movimentos relativos a Imparidades de Outros Créditos e Outras Provisões.

A rubrica Proveitos/Custos não Recorrentes resulta do efeito conjugado dos seguintes movimentos:

- contabilização de parte da indemnização recebida da Seguradora, 484 mil euros relativamente do sinistro da Rotativa Sunday e inundações, sinistros estes ocorridos em agosto e novembro de 2011; este processo ainda não está terminado e a empresa considera que todos os valores ainda não recebidos serão objeto de indemnização;

- o registo do custo de 211 mil euros relativos a valores de indemnizações a trabalhadores efetuadas essencialmente no 1º semestre do ano;

- o registo do custo do valor do papel de clientes destruído nas inundações de novembro de 2011;

Devido a estes factos o indicador EBITDA, que continua a níveis positivos com o valor de aproximadamente 1,7 milhões de euros, regista um decréscimo face ao apurado no ano transato. A margem EBITDA atinge no exercício de 2012 a percentagem de 6,9 % dos Proveitos Correntes.

COMPARAÇÃO RESULTADOS 2012/2011

DESCRIÇÃO	2012	2011	Var. 11/12 em €	Var. 11/12 em %
Resultados Correntes	-4.464	-1.767	-2.697	-152,6%
Resultados Operacionais	-4.289	-17.261	12.972	75,2%
Resultados Financeiros	-2.565	-2.679	114	4,3%
IRC	-105	-163	58	35,6%
Resultados Líquidos	-6.959	-20.103	13.144	65,4%

Os resultados financeiros apresentam uma melhoria pelo facto de terem diminuído os proveitos financeiros uma vez que o impacto do desconto dos saldos não correntes teve maior relevo em 2011.

Pelo exposto os Resultados Líquidos de 2012 situam-se nos 6,9 milhões de euros negativos.

COMPARAÇÃO RÚBRICAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA 2012/2011

DESCRIÇÃO (Valores em milhares de Euros)	2012	2011	Var. 11/12 em €	Var. 11/12 em %
Ativo não Corrente	24.102	29.332	-5.230	-18%
Ativos Tangíveis e Intangíveis	16.845	20.712	-3.867	-19%
Participações Financeiras	0	7	-7	-100%
Acionistas	2.282	1.261	1.021	81%
Outros + Ativos p/ Impostos Diferidos	4.975	7.352	-2.377	-32%
Ativo Corrente	8.834	11.959	-3.125	-26%
Inventários	354	741	-387	-52%
Clientes	6.433	8.966	-2.533	-28%
Estado e Out. Entes Públicos	880	652	228	35%
Out. Contas a Receber	1.021	1.343	-322	-24%
Diferimentos	23	26	-3	-12%
Caixa e Dep. Bancários	123	231	-108	-47%
TOTAL ATIVO	32.936	41.291	-8.355	-20%
Capital Próprio	-49.973	-43.002	-6.971	16%
Capital, Reservas, Result. Transitados	-43.014	-22.898	-20.116	88%
Resultado Líquido	-6.959	-20.104	13.145	-65%
Passivo não Corrente	15.083	16.160	-1.077	-7%
Provisões	1.455	1.447	8	1%
Estado e Out. Entes Públicos	1.659	2.066	-407	-20%
Financiamentos Obtidos	6.697	6.297	400	6%
Out. passivos não Correntes	5.272	6.350	-1.078	-17%
Passivo Corrente	67.826	68.133	-307	0%
Fornecedores	14.261	13.435	826	6%
Estado e Out. Entes Públicos	4.849	2.177	2.672	123%
Financiamentos Obtidos	43.290	47.343	-4.053	-9%
Out. Contas a pagar	5.163	4.802	361	8%
Diferimentos	263	376	-113	-30%
TOTAL CAP. PRÓPRIO+PASSIVO	32.936	41.291	-8.355	-20%

De seguida, apresentamos os comentários a cada um dos principais grupos que compõem as peças do Balanço:

- Ativo não Corrente: a redução é justificada principalmente pelo efeito das amortizações dos bens ativo fixo contabilizadas no exercício;
- Ativo Corrente: nesta conta é de salientar a diminuição do valor da rubrica de clientes devido ao efeito da redução da atividade e do registo da Imparidade sobre alguns créditos considerados incobráveis;
- Capital Próprio: nesta rubrica a principal variação deve-se ao impacto dos Resultados Líquidos apurados no exercício;
- Passivo Não Corrente: a principal redução ocorre na rubrica de fornecedores pela reclassificação de alguns valores que passaram para passivos correntes;
- Passivo Corrente: a redução é consequência da redução do endividamento bancário obtido por via de operações de factoring e desconto de cheques pré datado; o aumento verificado deve-se a impostos e contribuições correntes não liquidados pela empresa e devidas no exercício;

No quadro das dificuldades financeiras da Lisgráfica, em consequência do comportamento negativo do mercado e face à dificuldade em cumprir os seus compromissos a empresa requereu, nos últimos dias do ano, a adesão a um Plano Especial de Revitalização, que foi aceite pelo 1º Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa. O objectivo do Plano é o de garantir condições para a sustentabilidade da empresa através da redução do seu Passivo, por acordo com os credores, incluindo Estado, e a implementação de um conjunto de medidas de reestruturação, nomeadamente, redução do número de trabalhadores, ajustamento da capacidade produtiva à menor procura, redução de custos com rendas.

Nesta data, o processo encontra-se em fase de negociação com os credores, tem merecido assinalável adesão da larga maioria dos mesmos e deverá ser votado em nos últimos dias de Abril.

PERSPETIVAS PARA 2013

Prevê-se para o próximo ano a continuação das políticas económicas restritivas, consequência do acordo de resgate e da conjuntura internacional; a economia portuguesa deverá registar um decréscimo na ordem dos 2,3%, ou seja, um dos piores desempenhos das economias europeias. O consumo privado continuará a cair, estimando-se que se situe próximo dos -3,8%; de igual modo, o investimento aponta para uma redução de 7,1%. A contribuir para o degradar da situação, o desemprego deverá atingir no final do ano taxa próxima dos 20%.

No sector de atividade onde a Lisgráfica se enquadra, os constrangimentos continuarão a ser evidentes uma vez que a dependência face ao comportamento do

investimento publicitário é elevada, e as recentes estimativas apontam para um decréscimo ainda em 2013 e em especial na imprensa escrita. Este facto vai continuar a condicionar o sector da imprensa o que poderá originar o encerramento de alguns projetos editoriais e a uma continuada redução do número de páginas. Igual comportamento deve ocorrer com as grandes marcas de consumo cujo suporte de comunicação é o papel (catálogos e folhetos) e que aponta para um comportamento de redução do número e volume de campanhas.

Tendo em consideração estes pressupostos, a Lisgráfica S.A. estima que para 2013 a faturação vá apresentar uma redução entre 8 a 10% face ao verificado neste exercício. Manter-se-ão as medidas de redução de custos por forma a estancar o ciclo de resultados negativos da empresa e ao mesmo tempo adequar a estrutura interna de produção e serviços de suporte, face ao nível de produção que se antevê para 2013.

A esperada aprovação do PER, aliada a estas medidas, vai permitir melhorar o desempenho dos indicadores financeiros e também do EBITDA.

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA APLICAÇÃO DO RESULTADO LIQUIDO INDIVIDUAL

O Conselho de Administração apresenta à deliberação dos Senhores Acionistas a seguinte proposta de aplicação de resultados:

"Que, após a constituição da Provisão Para Impostos sobre lucros, o Resultado Líquido negativo apurado no exercício de 2012 no montante de Euros 6.958.903 (Seis milhões novecentos e cinquenta e oito mil novecentos e três Euros), tenha a seguinte aplicação:

1. *"Para Resultados Transitados a totalidade do prejuízo"*

DISPOSIÇÕES LEGAIS

Anexo ao Relatório de Gestão nos termos dos Artigos números 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais

Nos termos do nº 5 do Artº 447 de Código das Sociedades Comerciais, declara-se que não ocorreram, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 quaisquer transações envolvendo ações da Empresa por parte de membros do Conselho de Administração, nem dos membros do Conselho Fiscal.

Nos termos e para os efeitos do nº 4 do Artº 448 do Código das Sociedades Comerciais eram titulares da empresa, à data de encerramento do exercício:

- Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, SA	95.196.620
- Gestprint – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	73.558.462

Informação nos termos da alínea B) do N.º1 do Artigo 20º do Código do dos Valores Mobiliários (Imputação dos direitos de voto):

Em 31 de dezembro de 2012 a Rasográfica SA detinha 95 196 620 ações da Lisgráfica que representam 50,99% dos direitos de voto e a Gestprint SA detinha 73.558.462 ações que representam 39,40% dos direitos de voto.

Informação Complementar às Demonstrações Financeiras Anexas Reportadas a 31 de dezembro de 2012 (valores em Euros) :

Ações Próprias

- Quantidade	52.213 ações
- Valor Unitário	€ 0,05
- Valor Nominal	€ 2.610,65

Durante o exercício de 2012 não foram efetuadas operações sobre ações próprias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Trabalhadores e Conselho Fiscal toda a colaboração prestada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O Conselho de Administração agradece, também a todas as Instituições Bancárias, Clientes, Fornecedores e demais entidades pela colaboração prestada neste exercício.

O Conselho de Administração no cumprimento do disposto no Artigo 35º do CSC irá comunicar à Assembleia Geral de Acionistas o facto de estar perdido mais de metade do Capital Social da empresa.

Queluz de Baixo, 23 de abril de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

GOVERNO SOCIETÁRIO

RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

CAPÍTULO 0: Declaração de Cumprimento

A sociedade Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, Lda. (adiante “Lisgráfica” ou “a Sociedade”), sociedade aberta sujeita à lei portuguesa, é uma sociedade emitente de ações que se encontram admitidas à negociação no mercado regulamentado da Euronext Lisbon.

A Lisgráfica está assim abrangida pelas disposições legais regulamentares vigentes em Portugal em matéria de governo das sociedades, designadamente, quanto ao disposto no artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários (adiante “CodVM”), bem como pela regulamentação emitida pela CMVM relativa ao Governo das Sociedades.

A Sociedade reconhece a importância, especialmente relevante no caso de sociedades com capital disperso pelo público, da existência de mecanismos de bom governo societário no estabelecimento e fortalecimento de uma relação aberta entre os acionistas e a administração da sociedade, o que passa pelo fornecimento de informação clara e transparente a todos os detentores de capital e pelo empenhamento da administração em cumprir as suas obrigações perante os mesmos. Constitui assim objetivo da Lisgráfica a concretização de um modelo de gestão integrada e eficaz que procure a valorização do investimento dos acionista, através de uma gestão prudente dos riscos inerentes aos negócios.

No que respeita ao exercício de 2012, a Lisgráfica encontra-se sujeita ao Código de Governo das Sociedades da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (adiante “CMVM”) e ao Regulamento da CMVM n.º 1/2010, ambos disponíveis no sítio eletrónico da CMVM no endereço www.cmvm.pt. O presente relatório foi elaborado de acordo com o disposto no regulamento acima mencionado.

A Lisgráfica não se encontra sujeita, nem aderiu voluntariamente, a nenhum outro código de governo das sociedades.

Por último, é relevante referir que se encontra em curso, no Tribunal de Comércio de Lisboa, um processo especial de revitalização, ao abrigo do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, com vista à recuperação da situação económica e financeira da Sociedade.

De seguida, são elencadas as recomendações contidas no Código do Governo das Sociedades da CMVM, com indicação da respetiva adoção ou não adoção, sempre que as mesmas sejam

aplicáveis à estrutura da Lisgráfica, acompanhadas ainda de observações sumárias, quando pertinente, quanto a algumas dessas recomendações. Assim, quando a estrutura ou as práticas de governo da sociedade diverjam das recomendações da CMVM ou de outros códigos a que a sociedade se sujeite, serão explicitadas as partes de cada código não cumpridas e feita remissão para a parte do Relatório onde a descrição dessa situação pode ser encontrada.

RECOMENDAÇÕES DA CMVM EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2010	GRAU DE CUMPRIMENTO	RELATÓRIO	OBSERVAÇÕES
1. ASSEMBLEIA-GERAL			
1.1 MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL			
1.1.1 O presidente da mesa da assembleia geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Adotada	I.1	
1.1.2 A remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade.	N/A	I.3	O exercício do cargo não é remunerado
1.2 PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA			
1.2.1 A antecedência do depósito ou bloqueio das ações para a participação em assembleia geral imposta pelos estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis.	N/A Derrogada pelo Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio, tendo o regime passado a ser o do Artº 23º CodVM	I.4	
1.2.2 Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.	N/A Derrogada pelo Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio tendo o regime passado a ser o do Artº 23º CodVM	I.5	A Sociedade tem em vista proceder à alteração dos seus Estatutos, por forma a acomodar as regras constantes do Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio, que alterou o Código das Sociedades Comerciais e o Código de Valores Mobiliários.
1.3 VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO			

1.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência e, quando adotado, do voto por correspondência, eletrónico.	Adotada	I.9	
1.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a receção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis.	Adotada	I.11	
1.3.3 As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista, preferencialmente através da previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada ação.	Não Adotada	I.6	De acordo com o disposto no nº 3 do Artigo 9º dos estatutos da sociedade, a cada duas mil e quinhentas ações cabe um voto. Atendendo à (i) dispersão do capital social da Sociedade e ao valor nominal unitário das ações representativas deste, (ii) à dimensão da Sociedade, e (iii) ao facto de os estatutos da sociedade preverem a possibilidade de agrupamento e de voto por correspondência, tem-se entendido que não há obstáculos a uma representatividade acionista adequada.
1.4 QUÓRUM DELIBERATIVO			
1.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.	Adotada	I.8	
1.5 ACTAS E INFORMAÇÕES SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS			
1.5.1 As atas das reuniões da Assembleia Geral devem ser disponibilizadas aos acionista no sítio Internet da sociedade no prazo de 5 dias após a realização da Assembleia Geral, ainda que não constituam informação privilegiada, nos termos legais, e deve ser mantido neste sítio um acervo histórico das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 anos antecedentes.	Adotada	I.14	
1.6 MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES			
1.6.1 As medidas que sejam adotadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus acionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando este princípio, prevejam a limitação do número de votos que	N/A	I.19	

podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a manutenção ou não dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.			
1.6.2 Não devem ser adotadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de Administração.	Adotada	I.20	
2. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO			
2.1. TEMAS GERAIS			
2.1.1. ESTRUTURA E COMPETÊNCIA			
2.1.1.1 O órgão de Administração deve avaliar no seu relatório de governo da sociedade o modelo adotado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de atuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	N/A	II.3	
2.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, para a deteção eficaz de riscos ligados à atividade da empresa, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objetivos estratégicos da sociedade em matéria de assunção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta atividade exercida e dos eventos suscetíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efetivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção dos riscos; v) mecanismos	Adotada	II.5	

de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia; vi) adoção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adoção das modificações que se mostrem necessárias.			
2.1.1.3 O órgão de Administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da sociedade.	Adotada	II.6	A estrutura, atividade e a complexidade da empresa não justificam a existência de auditoria interna; os controlos são garantidos pela auditoria externa.
2.1.1.4 As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade; ii) descrever a atuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.	Parcialmente Adotada	II.5 e II.9	
2.1.1.5 Os órgãos de Administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.	Parcialmente adotada	II.3	O Regulamento da Comissão Executiva está disponível para consulta no sítio da internet da Sociedade. O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal não dispõem de regulamentos aprovados, mas a Sociedade incentivará a adoção dos mesmos em momento oportuno.
2.1.2 INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA			
2.1.2.1 O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos.	Adotada	II.3	Embora não se encontre adotada a Recomendação 2.1.2.2, é entendimento da Sociedade que o administrador não executivo tem exercido a efetiva função de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos.
2.1.2.2 De entre os Administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.	Não adotada	II.14	Os administradores executivos e não executivos são propostos pelos acionistas e eleitos em Assembleia Geral, pelo que caberá aos acionistas promover a apresentação de propostas com vista à eleição de membros que possam cumprir este requisito.

2.1.2.3 A avaliação da independência dos membros não executivos feita pelo órgão de Administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força de normas aplicáveis.	Adotada	II.14	
2.1.3 ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO			
2.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Adotada	II.21	
2.1.3.2 O processo de seleção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.	Adotada	II.3 e II.16	
2.1.4 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES			
2.1.4.1 A sociedade deve adotar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	Adotada	II.35	A Sociedade criou e divulgou as regras de funcionamento que asseguram este objetivo.
2.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo da sociedade.	Adotada	II.35	
2.1.5 REMUNERAÇÃO			
2.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção	Adotada	II.30, II.31 e II.32	

excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis pré-determinados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da empresa; ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes; iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período. (iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade; v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações; vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos; vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador; viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.

2.1.5.2. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.	Adotada	II.30	Na Assembleia Geral Anual de 2012, foi apresentado pela Comissão de Vencimentos a declaração sobre a política de vencimentos dos órgãos de administração, a qual foi aprovada pelos acionistas da Sociedade.
2.1.5.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.	N/A	II.30	Não existem na Sociedade dirigentes na aceção do artigo 248º-B, n.º 3 do CodVM, i.e., os responsáveis que, não sendo membros dos órgãos de administração e de fiscalização, não possuem um acesso regular a informação privilegiada e não participam nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial.
2.1.5.4. Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.	N/A	I.17 e I.18	A sociedade não tem em vigor quaisquer planos de atribuição de ações e/ou aquisição e ações.
2.1.5.6 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais anuais de acionistas.	Não Adotada	I.15	O Presidente da Mesa da Assembleia Geral informou a Comissão de Vencimentos da importância da sua presença na próxima Assembleia Geral de

			Acionistas.
2.1.5.7. Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.	Adotada	II.19	
2.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
2.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Adotada	II.3	
2.2.2 O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Adotada	II.3	
2.2.3 Caso o Presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos acionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade.	Adotada	II.8	
2.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos Administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Não Adotada	II.3	A Sociedade tomará as providências adequadas para incluir no próximo relatório anual de gestão uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos Administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.

2.2.5. A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Não Adotada	II.11	O Conselho de Administração entende que na atual conjuntura económica não é do interesse da sociedade a rotação dos pelouros atribuídos a este órgão.
2.3 ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO			
2.3.1 Os Administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Adotada	II.13	
2.3.2 O Presidente da Comissão Executiva deve remeter, respetivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Adotada	II.13	
2.3.3 O Presidente do Conselho de Administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	N/A	II.13	
2.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL			
2.4.1 O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	N/A	II. 3, II.13 e II.36	
2.4.2 Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objeto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Adotada	II.4	

2.4.3 Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Adotada	II.4	
2.4.4 O Conselho Geral e de Supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respetiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.	Não Adotada	II.4 e II.24	O Auditor externo não foi proposto pelo Conselho Fiscal não tendo existido prévio parecer deste órgão de fiscalização. No que diz respeito à remuneração do auditor externo, esta é determinada pelo Conselho de Administração.
2.4.5 O Conselho Geral e de Supervisão, a comissão para as matérias financeiras, comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adotada	II.24	
2.4.6. Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adotem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.	N/A	II 5, II 6 e II.35	Face à reduzida complexidade da empresa, esta não dispõe de serviços autonomizados de auditoria interna e de <i>compliance</i> .
2.5. COMISSÕES ESPECIALIZADAS			

2.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) refletir sobre o sistema de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.	N/A	II.36	A reduzida dimensão da Sociedade não justifica a criação de comissões para os efeitos da presente recomendação.
2.5.2 Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.	Adotada	II.38	
2.5.3. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação atual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Adotada	II.39	
2.5.4. Todas as comissões devem elaborar atas das reuniões que realizem.	Adotada	II.37	
3. INFORMAÇÃO E AUDITORIA			
3.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO			
3.1.1. As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	Adotada	III.16	

3.1.2 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral; h) Convocatórias para a realização de assembleia geral.	Não Adotada	III.16	A Sociedade desconhece a existência de acionistas que não tenham a nacionalidade portuguesa e, nessa medida, a informação disponibilizada no sítio da internet da Sociedade tem sido apenas disponibilizada em português.
3.1.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Adotada	III.18	
3.1.4. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Adotada	II.5	
3.1.5. A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para contratação de tais serviços - que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo das Sociedades - eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à Sociedade.	Adotada	III.17	
4. CONFLITOS DE INTERESSES			
4.1. RELAÇÕES COM ACIONISTAS			

4.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Adotada	III.12	
4.1.2. Os negócios de relevância significativa com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.	Adotada	III. 12 e III.13	

A Sociedade procedeu a uma avaliação discriminada sobre o cumprimento das recomendações da CMVM em matéria de governo das sociedades.

A estrutura e as práticas de governo da sociedade adotadas não divergem das recomendadas pela CMVM, salvo quanto às exceções anteriormente assinaladas e fundamentadas no quadro acima.

CAPÍTULO I: Assembleia-Geral

I.1. Identificação dos membros da mesa da Assembleia-Geral

A mesa da Assembleia-Geral da Sociedade é composta pelos seguintes membros:

- a) Presidente: Dr. José Rodrigo Teixeira Bento de Melo
- b) Vice-presidente: Dr.ª Inez de Castro Amaro Ruella Ramos

A mesa da Assembleia-Geral dispõe dos recursos humanos e logísticos para o exercício da sua atividade.

I.2. Indicação da data de início e termo dos respetivos mandatos

Os atuais membros da mesa da Assembleia-Geral foram nomeados para o quadriénio 2011 - 2014 por deliberação tomada em 31 de Maio de 2011.

I.3. Indicação da remuneração do presidente da mesa da Assembleia-Geral

O presidente da mesa da Assembleia-geral não auferirá qualquer remuneração pelo exercício do referido cargo.

I.4. Indicação da antecedência exigida para o bloqueio das ações para a participação em Assembleia-Geral

Em razão das alterações ao Código dos Valores Mobiliários aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 49/2010 a que já antes se fez referência, o ordenamento jurídico português adotou, para as sociedades emittentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, a regra da “data de registo”, encontrando-se tal matéria regulada no nº 1 artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários, sob a epígrafe “Participação e votação na assembleia geral”, que é de aplicação obrigatória.

De acordo com as novas regras previstas no artigo 23.º-C, a possibilidade de participar e votar na Assembleia Geral passa a ser determinada em função da prova da qualidade de acionista às 0 horas (TMG) do 5.º dia de negociação anterior ao da realização da assembleia. A partir desse momento, o exercício do direito de participar na Assembleia Geral e de aí discutir e votar não é prejudicado pela transmissão das ações em momento posterior à “data de registo”, nem depende do bloqueio das mesmas entre aquela data e a data da assembleia. Os acionistas que pretendam participar na Assembleia Geral, mas que transmitam as ações no período que medeia entre a “data de registo” e a data da Assembleia Geral, estão obrigados a informar a CMVM e o Presidente da Mesa da Assembleia deste facto.

Em consequência, deixou de fazer sentido falar em bloqueio de ações, uma vez que este mecanismo tinha como objetivo exclusivo a produção da prova da qualidade de acionista à data de realização da Assembleia Geral, dado que a atividade requerida a partir da vigência do Decreto-Lei n.º 49/2010 se reconduz a um mecanismo de inscrição prévia previsto no artigo 23º-C n.º 3 do Código de Valores Mobiliários.

Conforme se referiu *supra*, a Sociedade tem em vista proceder à alteração dos seus Estatutos, por forma a acomodar as regras constantes do Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio.

I.5. Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das ações em caso de suspensão da reunião da Assembleia-Geral

São igualmente válidas, em relação a este parágrafo, as considerações tecidas relativamente ao parágrafo anterior.

I.6. Número de ações a que corresponde um voto

De acordo com o disposto no n.º 3 do Artigo 9º dos Estatutos da Sociedade, a cada duas mil e quinhentas ações corresponde um voto. O nº 4 do mesmo Artigo prevê ainda que os titulares de ações em número inferior ao exigido para conferir voto poderão agrupar-se de forma a completar o mínimo exigido, fazendo-se então representar por qualquer dos agrupados.

I.7. Indicação das regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidas por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

Não existem regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidas por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

I.8. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre o quórum constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

A Assembleia-Geral é composta e representa a universalidade dos acionistas com direito a, pelo menos, um voto, desde que as respetivas ações estejam registadas em seu nome em instituição financeira com a antecedência mínima prevista na lei.

Por outro lado, de acordo com o Artigo 9º dos Estatutos, os acionistas titulares de ações em número inferior ao exigido para conferir voto poderão agrupar-se de forma a completar o mínimo exigido, fazendo-se então representar por qualquer dos agrupados.

No que diz respeito ao voto por correspondência, *vide* a resposta à recomendação I.9.

Por último, no que respeita à representação voluntária, os Estatutos dispõem que os acionistas com direito a voto poderão fazer-se representar por pessoa com capacidade jurídica plena designada para o efeito, mediante carta da qual conste a identificação da reunião da Assembleia-geral e os assuntos para que o mandato é conferido, a qual deverá ser dirigida ao presidente da mesa da Assembleia-geral e recebida na sede da Sociedade até às 17 horas do dia anterior ao da data marcada para a realização da Assembleia-geral (Artigo 9º).

I.9. Existência e regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência

Os Estatutos da Sociedade preveem expressamente no seu Artigo 10º o denominado "voto

por correspondência”, constando a regulamentação do modo do seu exercício nas convocatórias das Assembleias Gerais.

Nos termos do n.º 1 do Artigo 10º dos Estatutos, os votos por correspondência só serão considerados válidos se obedecerem aos termos fixados na convocatória da Assembleia Geral, cabendo ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral verificar a autenticidade dos votos, designadamente mediante procedimento de identificação adequado, e assegurar a confidencialidade dos votos por correspondência até ao momento da votação.

As convocatórias das Assembleias-Gerais da Lisgráfica têm previsto os termos do exercício do direito de voto por correspondência. De acordo com a convocatória da Assembleia Geral de 22 de Junho de 2012 os termos do exercício do direito de voto por correspondência foram os seguintes:

“Os Senhores Acionistas podem votar por correspondência, devendo, neste caso, a declaração de voto (que deve indicar os pontos da ordem de trabalhos a que respeita) ser enviada para a sede social em sobrescrito fechado, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e enviado através de correio registado, de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião. A declaração de voto deve ser acompanhada de fotocópia legível do bilhete de identidade do Senhor Acionista. Sendo este uma pessoa coletiva, as assinaturas de quem a obrigue deverão ser reconhecidas nessa qualidade. O escrutínio dos votos recebidos por correspondência será feito no início da reunião, devendo os mesmos ser apresentados pelo Secretário da Sociedade, que assegurará a sua confidencialidade.

Os votos exercidos por correspondência serão computados como votos negativos relativamente às propostas de deliberação apresentadas posteriormente à emissão dos mesmos.”.

I.10. Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência

Considerando que nas últimas Assembleias-Gerais da Sociedade não houve qualquer voto por correspondência, nem foi recebida indicação por parte de qualquer acionista de intenção de o exercer, a Lisgráfica não tem disponibilizado no seu sítio na Internet www.lisgrafica.pt um modelo de voto por correspondência, estando, no entanto, disponível para o facultar caso algum acionista transmita a sua intenção de exercer o direito de voto por correspondência.

I.11. Exigência de prazo que medeia entre a receção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da Assembleia-Geral

Tal como anteriormente mencionado, o voto por correspondência deverá ser exercido

através do envio de carta registada que deverá ser recebida até às 17 horas do dia anterior à data da realização da Assembleia-Geral.

I.12. Exercício do direito de voto por meios eletrónicos

Nos Estatutos da Sociedade não consta expressamente o exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

I.13. Possibilidade de os acionistas acederem aos extratos das atas das reuniões das Assembleias Gerais no sítio da Internet da Sociedade nos cinco dias após a realização da Assembleia-Geral

A Sociedade disponibiliza no seu sítio da Internet as deliberações tomadas em Assembleia-Geral dentro do prazo de cinco dias após a realização da mesma.

I.14. Existência de um acervo histórico, no sítio da Internet da Sociedade, com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias-Gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados da votação, com referência aos 3 anos antecedentes

A Sociedade disponibiliza no seu sítio da Internet as deliberações tomadas nas Assembleias-Gerais de 2010, 2011 e 2012, respeitando assim a divulgação das deliberações em Assembleia-Geral nos 3 (três) últimos anos.

I.15. Indicação do(s) representante(s) da comissão de remunerações presentes nas Assembleias-Gerais

Na Assembleia-Geral de 22 de Junho de 2012 não esteve presente qualquer membro da Comissão de Vencimentos. Na próxima Assembleia-Geral de acionistas, procurar-se-á que os membros desta comissão estejam presentes.

I.16. Informação sobre a intervenção da Assembleia-Geral no que respeita à política de remuneração da Sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração e outros dirigentes

De acordo com os Estatutos, as remunerações dos membros dos corpos sociais são fixadas pela Assembleia-Geral, tratando-se no entanto de uma competência atribuída à Comissão de Vencimentos, conforme n.º 3 do Artigo 12º dos referidos estatutos.

Quanto à avaliação do desempenho dos administradores, a mesma é sujeita à apreciação dos acionistas numa base anual, porquanto um dos pontos da Ordem de Trabalhos da

Assembleia-geral anual consiste na “[...]apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade com a amplitude prevista na lei”.

I.17. Informação sobre a intervenção da Assembleia-Geral no que respeita á proposta relativa a planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações, ou com base nas variações de preços das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do nº 3 do Artigo 248-B de Código dos Valores Mobiliários, bem como sobre os elementos dispensados à Assembleia Geral com vista a uma avaliação correta desses planos

Não existe plano de atribuição de ações ou de exercício de opções.

I.18. Informação sobre a intervenção da Assembleia-Geral na aprovação das principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do nº 3 do Artigo 248-B de Código dos Valores Mobiliários

No ponto 2 do Artigo 12º dos Estatutos da Sociedade dispõe-se que possam ser instituídos regimes de reforma por velhice ou invalidez dos administradores ou atribuir complementos de pensões de reforma, não tendo, no entanto sido, até esta data, instituídos quaisquer regimes de reforma ou complementos de pensões de reforma.

I.19. Existência de norma estatutária que preveja o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da assembleia-geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas

Não aplicável. Os Estatutos da Sociedade não contemplam qualquer norma que limite o número de votos suscetíveis de detenção por um único acionista de forma individual ou concertada.

I.20. Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração

Não foram adotadas pela Sociedade qualquer tipo de medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

Não foram igualmente tomadas pela Sociedade quaisquer medidas suscetíveis de interferir

no êxito de eventuais ofertas públicas de aquisição, nomeadamente, não existem quaisquer limites ao exercício dos direitos de voto, restrições à transmissibilidade das ações, direitos especiais de algum acionista e, segundo o melhor conhecimento da Sociedade, quaisquer acordos parassociais relacionados com o exercício dos direitos de voto.

I.21. Acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem, em caso de mudança de controlo da Sociedade, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a Sociedade, exceto se a Sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais

Não existem acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade.

I.22. Acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança do controlo da Sociedade

Existe um contrato de administração, datado de 14 de Junho de 2011, que não prevê indemnizações em caso de demissão por iniciativa do titular do órgão de administração

Capítulo II: Órgãos de Administração e Fiscalização

Secção I Temas Gerais

II.1. Identificação e composição dos órgãos da Sociedade

São Órgãos da Sociedade:

1. Assembleia-Geral;
2. Conselho de Administração;
3. Conselho Fiscal;
4. Comissão de Vencimentos
5. Revisor Oficial de Contas

A composição dos referidos órgãos foi aprovada por deliberação da Assembleia-Geral tomada em 31 de Maio de 2011, e à data de 31 de Dezembro de 2012, era a seguinte:

1. Assembleia-Geral:
 - a) Presidente: Dr. José Rodrigo Teixeira Bento de Melo
 - b) Vice-Presidente: Dr.^a Inez de Castro Amaro Ruella Ramos
2. Conselho de Administração:
 - a) Presidente: Dr. Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão
 - b) Vice-Presidente: Dr. Jaime Luciano Marques Baptista da Costa
 - c) Vogal: Eng.^o António Pedro Marques Patrocínio
 - d) Vogal: Dr. António Braz Monteiro
3. Conselho Fiscal:
 - a) Presidente: Dr. Eduardo António Aço Montenegro Santos
 - b) Vogal: Dr. José Manuel Spínola Barreto Brito
 - c) Vogal: Dr. Paulo Cardoso do Amaral
 - d) Suplente: Dr. Eduardo de Lima Mayer Hofacker de Moser
4. Comissão de Vencimentos
 - a) Dr.^a Maria do Carmo Pinto de Ruella Ramos
 - b) Dr. Manuel José de Lemos Ribeiro
5. Revisor Oficial de Contas
 PricewaterhouseCoopers & Associados , SROC, Lda, inscrita na CMVM sob o nº9077 representada pelo Dr. António Alberto Henriques Assis (ROC nº 815).

II.2. Identificação e composição das comissões especializadas constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da Sociedade

Com exceção da Comissão Executiva, tendo em conta a (i) dimensão da Sociedade e (ii) a reduzida dispersão das suas ações em Bolsa, não foram criadas no seio da Sociedade quaisquer outras comissões com competências em matéria de administração e fiscalização da mesma.

Pelas mesmas razões, não foram criadas outras comissões, designadamente, para efeitos de avaliação interna do governo societário.

II.3. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências, em particular no que se refere à delegação de administração quotidiana da Sociedade, ou à distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização e lista de matérias indelegáveis e das competências efetivamente

delegadas,

A Sociedade adota, do ponto de vista da sua organização interna, o modelo de governação composto por (i) Conselho de Administração, (ii) Comissão Executiva (iii) Conselho Fiscal e (iv) Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração, exerce um controlo efetivo na orientação da vida da Sociedade, como é sua obrigação e competência, e só por ele são tomadas decisões sobre matérias com determinada importância.

O Conselho de Administração, cujo limite de membros, conforme atual redação do pacto social é de sete, é atualmente composto por 4 membros, com mandato conferido na Assembleia Geral Anual de 2011, sendo 3 Administradores executivos e 1 Administrador não executivo, a saber:

a) Administradores executivos:

Dr. Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Dr. Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

Eng.º António Pedro Marques Patrocínio

b) Administrador não executivo:

Dr. António Braz Monteiro

A Comissão Executiva tem como objetivo o planeamento, gestão e a coordenação da Sociedade, bem como a informação aos seus Acionistas. Esta define também os vetores de concretização da ação estratégica global, que visa a criação de mais valor da empresa através da prestação de serviços de qualidade, de prazos curtos, preços competitivos, grande atenção aos clientes e às suas necessidades, e, por outro lado, a utilização de tecnologia moderna e capaz de aumentar a produtividade própria, tendo sempre presente que os recursos humanos são um importante capital e que são sempre seguidos critérios éticos e morais, com respeito pelo ambiente e pela segurança.

O regulamento da Comissão Executiva da Lisgráfica fixa a competência, âmbito de atuação e modo de funcionamento desta Comissão e encontra-se, juntamente com os estatutos da Sociedade, disponível para consulta no sítio da internet da Sociedade www.lisgrafica.pt.

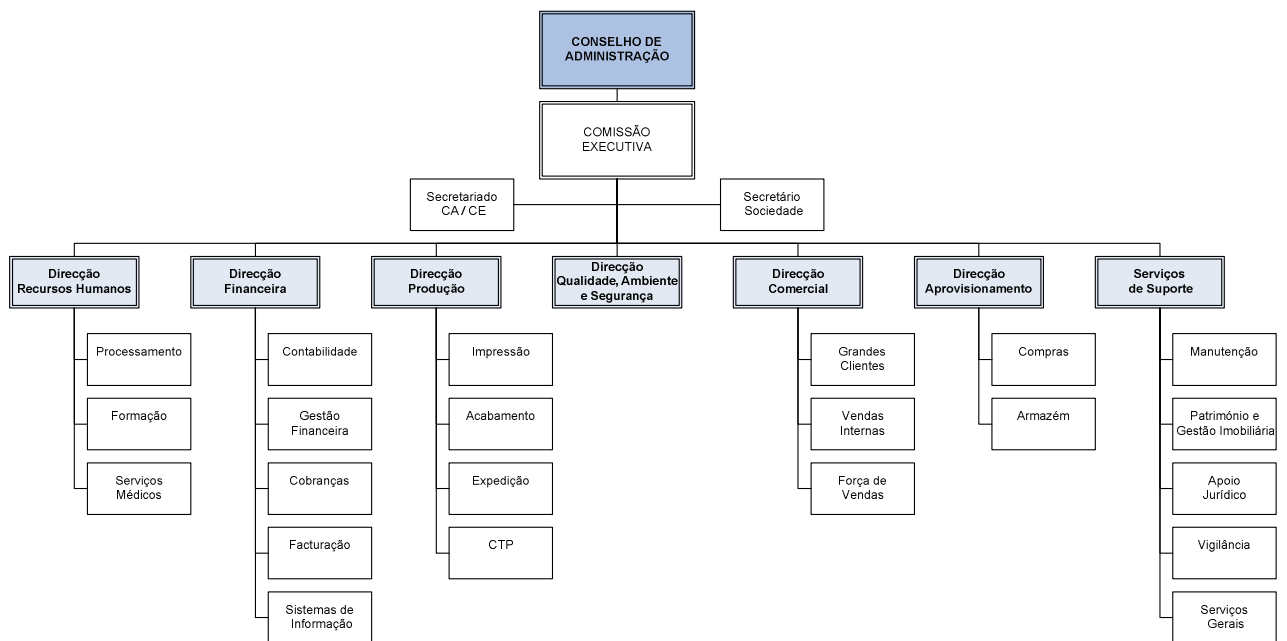
A Comissão Executiva reúne no mínimo uma vez por mês, em data diferente da reunião do Conselho de Administração, e com regularidade semanal realizam-se Reuniões de Quadros da empresa com a presença de todos os Administradores Executivos e Diretores.

A Comissão Executiva é composta pelos três Administradores executivos acima identificados.

Por seu turno, a Assembleia-Geral representa a totalidade dos acionistas, tendo como competências as definidas por Lei e pelos Estatutos.

No que respeita ao Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, estes órgãos têm igualmente por missão o exercício das competências legalmente fixadas.

Quanto à sua organização interna, a Sociedade estrutura-se nos termos do seguinte organograma:



Tendo em conta o organograma acima, o processo de decisão empresarial da Sociedade assenta no exercício das respetivas competências legais e estatutárias pelo Conselho de Administração sempre coadjuvado pelos diversos departamentos que lhe prestam apoio nas respetivas áreas de competência especializada.

II.4. Referência ao facto de os Relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Geral e Supervisão, a Comissão para as matérias financeiras, Comissão de Auditoria e ou Conselho Fiscal incluírem a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida referindo eventuais constrangimentos detetados, e serem objeto de divulgação no sítio de internet da Sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

A Sociedade publica anualmente no seu sítio da Internet os relatórios e pareceres do Conselho Fiscal, em conjunto com a documentação de divulgação de contas anuais.

O relatório de 2012 do Conselho Fiscal inclui a descrição sobre a atividade de fiscalização

desenvolvida por este órgão durante o respetivo exercício.

II.5. Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação da informação financeira, ao modo de funcionamento deste sistema e à sua eficácia

O Conselho de Administração pauta a sua atuação pelo sistemático acompanhamento do risco inerente ao sector de atividade em que a Sociedade atua, procurando, de forma atempada, identificar situações potencialmente geradoras de risco bem como minimizar as situações de risco entretanto detetadas, assim salvaguardando o valor da Sociedade. A gestão do risco compreende os processos de identificação dos riscos atuais e potenciais, bem como a análise do seu possível impacto nos objetivos estratégicos da organização, prevendo a probabilidade da sua ocorrência, de modo a determinar a melhor forma de gerir a exposição a esses riscos.

A Sociedade procura aconselhamento com relação a documentos com relevância jurídica que submete à análise por escritórios de advogados externos especializados, nomeadamente nas áreas de direito dos valores mobiliários, direito administrativo e direito fiscal.

O acompanhamento por parte do Conselho de Administração da Sociedade do risco inerente ao sector da atividade em que esta atua, tal como o aconselhamento externo relativamente a documentos com relevância jurídica, tem permitido salvaguardar o valor da Lisgráfica e identificar, gerir e minimizar, de forma tempestiva e eficaz, situações potencialmente geradoras de risco, tendo-se verificado que tal sistema tem, como tal, sido adequado à dimensão, estrutura, especificidade, atividade e complexidade da Sociedade.

Por último, refira-se que o auditor externo verifica a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reporta as deficiências ao órgão de fiscalização, *in casu*, o Conselho Fiscal.

II.6. Responsabilidade do órgão de Administração e do Órgão de Fiscalização na criação e no funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da Sociedade

Embora a complexidade da empresa não justifique a existência de auditoria interna, não tendo sido criados uma comissão e/ou departamento específico para o efeito, tal controlo tem sido garantido e assegurado pelo Conselho de Administração, em conjunto com o auditor externo, conforme, aliás, explicitado *supra*, em II.5.

De todo o modo, com o objetivo de reforçar e melhor assegurar o controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade, o Conselho de Administração da Lisgráfica aprovou uma

Política da Sociedade e Procedimentos para Comunicação e Tratamento de Irregularidades. A este respeito, *vide* o exposto no ponto II.35 do presente relatório.

II.7. Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da Sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e ao número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados

A Sociedade adotou o regulamento interno relativo ao funcionamento da Comissão Executiva, que se encontra divulgado no seu sítio da Internet.

Secção II – Conselho de Administração

II.8. Caso o Presidente do órgão de Administração exerça funções executivas, indicação dos mecanismos de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos que assegurem o carácter independente e informado das suas decisões

Toda a informação é disponibilizada pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido do Administrador não Executivo nas reuniões de Conselho de Administração ou por iniciativa do Presidente do Conselho de Administração quando os assuntos forem considerados relevantes.

II.9. Indicação dos principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a Sociedade se expõe no exercício da atividade

A principal atividade da empresa é a impressão de revistas, jornais, boletins e listas telefónicas. A Sociedade está sujeita à evolução do volume da procura, que deriva da evolução do mercado publicitário o qual, por sua vez, reage à conjuntura económica. No que respeita ao preço dos serviços prestados a empresa pratica preços de mercado e é adequadamente competitiva e com bons índices de produtividade comparada. São igualmente de assinalar o risco associado ao comportamento do preço das matérias-primas, ao risco da evolução da taxa de juro (a possibilidade de flutuações no montante dos encargos financeiros futuros em empréstimos contraídos devido à evolução do nível de taxas de juro do mercado), o risco de liquidez (que traduz a capacidade da Sociedade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em conta os recursos financeiros disponíveis) e o risco de crédito (associado ao agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem a economia a uma escala local, nacional ou internacional, podendo originar a incapacidade dos clientes da Sociedade para saldarem as suas obrigações perante aquela, com efeitos negativos nos seus resultados).

II.10. Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a

deliberações de aumento de capital

Os Estatutos da Sociedade, que se encontram disponíveis no sítio na Internet da Lisgráfica, estipulam no Artigo 8º, nos n.ºs 1 a 3, as regras e condições em que o Conselho de Administração pode elevar o capital social.

II.11. Informação sobre a política de rotação dos pelouros do Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, bem como as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização

Não existem regras definidas para a política de rotação dos pelouros atribuídos ao Conselho de Administração.

A Lisgráfica considera que a complexidade, estrutura e dimensão da Sociedade não justificam a existência de uma política de rotação dos pelouros e entende, ainda, que tal rotação não é, na atual conjuntura económica, do interesse social.

II.12. Número de reuniões dos órgãos de Administração e de Fiscalização, bem como referência à realização das atas dessas reuniões

O Conselho de Administração reúne pelo menos uma vez por mês, com elaboração regular das respetivas atas que contêm o descritivo das deliberações tomadas. Quanto ao Conselho Fiscal, não existe uma regra definida no que diz respeito à regularidade das reuniões desse órgão. Em 2012 o Conselho Fiscal efetuou 5 reuniões com elaboração das atas correspondentes.

II.13. Indicação sobre o número de reuniões da Comissão Executiva ou do Conselho de Administração Executivo, bem como referência à realização de Atas dessas reuniões e seu envio, acompanhadas das convocatórias, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as matérias financeiras

Durante o exercício de 2012 foram realizadas 22 reuniões da Comissão Executiva, em datas distintas das reuniões do Conselho de Administração, com elaboração das respetivas atas, tendo sido disponibilizadas convocatórias e atas aos órgãos relevantes para esse efeito. Os Administradores que exercem funções executivas prestam aos outros órgãos sociais as informações por estes requeridos, em tempo útil.

II.14. Distinção dos membros executivos dos não executivos e, de entre estes,

discriminação dos membros que cumpririam, se lhes fosse aplicável as regras de incompatibilidade previstas no nº 1 do artigo 414-A do Código das Sociedades Comerciais, com exceção da prevista na alínea b) e os critérios de independência previstos no nº 5 do artigo 414, ambos do Código das Sociedades Comerciais

O Conselho de Administração é atualmente composto apenas por 4 membros dos quais 3 são executivos, os Senhores Dr. Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão, Dr. Jaime Luciano Marques Baptista da Costa e Eng.º António Pedro Marques Patrocínio, e 1 não executivo, o Senhor Dr. António Braz Monteiro.

O Administrador não executivo não cumpre integralmente as regras de incompatibilidade e independência estabelecidas no Código das Sociedades Comerciais, uma vez que é Administrador da acionista Gestprint – Soc. Gestora de Participações Sociais SA.

II.15 – Indicação das regras legais, regulamentares e outros critérios que tenham estado na base da avaliação da independência dos seus membros feita pelo órgão de administração

Não aplicável.

II.16. Indicação das regras do processo de seleção de candidatos a Administradores não Executivos e forma como asseguram a não interferência nesse processo dos Administradores Executivos

O processo de seleção de candidatos para os cargos de membros do órgão de administração da Sociedade, i.e., administradores executivos e não executivos, encontra-se atribuído aos acionistas da Lisgráfica, em conformidade com o disposto no n.º 1 do Artigo 13 dos Estatutos e no n.º 1 do Artigo 391º do Código das Sociedades Comerciais .

Os administradores da Sociedade atualmente em funções foram eleitos na sequência da proposta apresentada pela acionista Rasográfica, tendo tal proposta merecido a aprovação de outros acionistas presentes e representados em Assembleia Geral de acionistas. Por outro lado, os administradores exercem funções em nome próprio e não em representação de quem propõe a sua eleição ou de quem a aprova.

Como tal, de acordo com os mecanismos de seleção referidos, fica assegurada a não interferência dos administradores executivos na seleção dos administradores não executivos.

II.17 – Referência ao facto de o Relatório Anual de Gestão da Sociedade incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos Administradores não Executivos e eventuais constrangimentos detetados

Adotada.

II.18. Qualificações Profissionais dos membros do Conselho de Administração, a indicação das atividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos, o nº de ações da Sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato

O Dr. Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão, licenciado em Finanças, foi Administrador de "Heska - Indústrias Tipográficas, S.A." e é Gerente de "THALIA – Sociedade Imobiliária, Lda." e de "Flat Field – Marketing e Promoção Lda.", não é detentor de quaisquer ações da Sociedade, o seu atual Mandato iniciou-se em Maio de 2011 e termina em 2014.

O Dr. Jaime Luciano Marques Baptista da Costa, licenciado em Finanças, foi Administrador de "Heska - Indústrias Tipográficas, S.A.", Administrador não Executivo de "EP - Estradas de Portugal, E.P.E.", é Administrador de "Alto da Lapa – Consultores, S.A." e Gerente de "Flat Field – Marketing e Promoção Lda.", não é detentor de quaisquer ações da Sociedade, o seu atual Mandato iniciou-se em Maio de 2011 e termina em 2014.

O Eng.º António Pedro Marques Patrocínio, licenciado em Engenharia Agrónómica, não é detentor de quaisquer ações da Sociedade e o seu atual Mandato iniciou-se em Maio de 2011 e termina em 2014.

O Dr. António Braz Monteiro licenciado em Direito não é detentor de quaisquer ações da Sociedade e o seu atual Mandato iniciou-se em Maio de 2011 e termina em 2014

II.19. Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras Sociedades, discriminando-se as exercidas em outras Sociedades do mesmo grupo

Os membros do Conselho de Administração desempenham igualmente funções em outras empresas do mesmo Grupo e no exercício dessas funções não tiveram direito a qualquer remuneração e/ou direitos de pensões nessas sociedades. São as seguintes funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração em outras empresas do Grupo:

O Senhor Dr. Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão é administrador de "GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A." e de "Gestigráfica – Soc. Gestora de Participações Sociais S.A..".

O Senhor Dr. Jaime Luciano Marques Baptista da Costa é administrador de "GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A." e de "Gestigráfica – Soc. Gestora de Participações Sociais S.A..".

O Senhor Eng.º António Pedro Marques Patrocínio é administrador de "GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A." e de "Gestigráfica – Soc. Gestora de Participações Sociais S.A.".

O Senhor Dr. António Braz Monteiro não desempenha quaisquer funções em outras sociedades do mesmo grupo.

As funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração em Sociedades fora do grupo são:

O Senhor Dr. Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão é Gerente de "THALIA – Sociedade Imobiliária, Lda." e de "Flat Field – Marketing e Promoção, Lda." e Administrador da "Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos SA".

O Senhor Dr. Jaime Luciano Marques Baptista da Costa é Administrador da Sociedade "Alto da Lapa – Consultores, S. A." e Gerente de "Flat Field – Marketing e Promoção, Lda." e Administrador da "Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos SA".

O Senhor Dr. António Braz Monteiro é Administrador da GESTPRINT – Gestão de Comércio e Industrias Gráficas e Afins SA.

Secção III – Conselho Geral e de Supervisão, Comissão Para as matérias Financeiras e Conselho Fiscal

II.21. Identificação dos membros do Conselho Fiscal, declarando-se que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414º-A e se cumprem os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414º, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Para o efeito o Conselho Fiscal procede à respetiva auto-avaliação

O Conselho Fiscal tem a seguinte composição:

- a) Presidente: Dr. Eduardo António Aço Montenegro Santos
- b) Vogal: Dr. José Manuel Spínola Barreto Brito
- c) Vogal: Dr. Paulo Cardoso do Amaral
- d) Suplente: Dr. Eduardo de Lima Mayer Hofacker de Moser

Todos os membros do Conselho Fiscal cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414º-A, cumprindo, também, os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

II.22. Qualificações profissionais dos membros do Conselho Fiscal, a indicação das atividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de ações da Sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato

O Dr. Eduardo António Aço Montenegro Santos é licenciado em Direito na vertente das ciências jurídico-económicas, não detém quaisquer ações da Sociedade, e o atual mandato iniciou-se em 2011 e termina em 2014.

O Dr. José Manuel Spínola Barreto Brito é licenciado em Finanças, não detém quaisquer ações da Sociedade, e o atual mandato iniciou-se em 2011 e termina em 2014.

O Dr. Paulo Cardoso do Amaral é licenciado em Engenharia Eletrónica de Sistemas e Computadores, não detém quaisquer ações da Sociedade, e o atual mandato iniciou-se em 2011 e termina em 2014.

O Dr. Eduardo de Lima Mayer Hofacker de Moser é licenciado em Gestão de Empresas, não detém quaisquer ações da Sociedade, e o atual mandato iniciou-se em 2011 e termina em 2014.

II.23. Funções que os membros do conselho fiscal exercem em outras Sociedades, discriminando-se as exercidas em outras Sociedade do mesmo grupo

O Dr. Eduardo António Aço Montenegro Santos desempenha funções como Consultor Independente.

O Dr. José Manuel Spínola Barreto desempenha funções no Grupo Joaquim Chaves/Quadrantes como Administrador.

O Dr. Paulo Cardoso do Amaral desempenha funções como Professor na Academia Militar, e na Universidade Católica.

O Dr. Eduardo de Lima Mayer Hofacker de Moser desempenha funções de Presidente do Conselho de Administração da HPA Construções SA.

II.24. Referência ao facto de o Conselho Fiscal avaliar anualmente o Auditor externo e à possibilidade de proposta à Assembleia Geral de destituição do auditor com justa causa

Embora o Conselho Fiscal nunca se tenha pronunciado formalmente relativamente à

avaliação do auditor externo, o Conselho Fiscal acompanhou, durante o exercício de 2012, os trabalhos desenvolvidos pelo auditor externo e apreciou a respetiva certificação legal de contas, com a qual concordou. Mais, é ainda de salientar que o auditor externo esteve presente em todas as reuniões do Conselho Fiscal realizadas durante o exercício de 2012.

Por último, é de referir que não existiu qualquer proposta, por parte do Conselho Fiscal, para a substituição do auditor externo.

II.25 ao II.29 – Não aplicável

Secção IV – Remuneração

II.30. Descrição da política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere ao artigo 2º da Lei nº 28/2009 de 19 de Junho.

Nos termos dos Estatutos, a remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização é apreciada e aprovada pela Assembleia-Geral, com possibilidade de delegação na Comissão de Vencimentos. Como tal, foram aprovados, na Assembleia Geral de 22 de Junho de 2012, sob proposta da Comissão de Vencimentos, os seguintes princípios orientadores observados na política de remuneração dos órgãos sociais da Sociedade:

- (a) De acordo com o artigo 422.º-A do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal auferem uma retribuição fixa, paga em 12 mensalidades e determinada de acordo com as funções desempenhadas e a situação económica da sociedade.
- (b) Do mesmo modo, a remuneração do Auditor Externo é apenas composta por uma componente fixa.
- (c) A Comissão de Vencimentos determina a atribuição de uma componente fixa na remuneração dos administradores, atendendo às políticas seguidas em empresas do sector, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões.
- (d) A remuneração dos Administradores Não-Executivos é exclusivamente composta por uma componente fixa e pelos benefícios já em vigor relativos a seguro de saúde e utilização de telemóvel até determinado montante, assentando em padrões de remuneração de funções semelhantes em empresas de dimensão idêntica e do mesmo sector de atividade.
- (e) A remuneração dos Administradores-Executivos integra uma componente fixa, que assenta em padrões de remuneração de funções semelhantes em empresas de dimensão idêntica e do mesmo sector de atividade, e uma componente variável,

que depende do cumprimento de objetivos de desempenho, tendo em conta a evolução do indicador EBITDA da Sociedade a 31 de Dezembro de cada ano, evidenciado nas respetivas contas anuais aprovadas pelo Conselho de Administração e devidamente auditadas pelo Conselho Fiscal.

- (f) Apesar de as recomendações da CMVM preverem o diferimento do pagamento de parte significativa da componente variável para um momento posterior que permitisse de algum modo realizar a ponderação de todo o mandato, no caso em concreto da Sociedade, a Comissão de Vencimentos crê que tal pode não resultar vantajoso, pelo que o momento do pagamento da componente variável da remuneração dos Administradores-Executivos é efetuado no prazo máximo de 6 (seis) meses após o encerramento de cada exercício.
- (g) Por outro lado, tendo em conta a estabilidade da estrutura acionista da Sociedade e da Administração, e o facto de a *performance* da Sociedade em termos de resultados líquidos ao longo dos últimos exercícios, apesar de persistirem em campo negativo, ter revelado índices de recuperabilidade em resultado da intervenção da administração executiva atualmente em funções, não se afigura necessária a definição de limites das componentes de remunerações, especificamente no que se refere à componente variável, por se entender que o perigo de uma visão imediata de rápida realização de potenciais vantagens dos administradores em detrimento do futuro não é, assim, eminente na Sociedade em concreto.
- (h) O alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos de administração com os interesses de sustentabilidade da Sociedade é conseguido, assim, através da atribuição de uma remuneração de base alinhada com as práticas de remuneração e valor aplicadas por empresas de dimensão e complexidade semelhante e ainda, no caso de Administradores-Executivos, através de uma remuneração variável que tem como objetivo, recompensá-los pelo desempenho da Sociedade.
- (i) A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Lisgráfica não inclui qualquer mecanismo de atribuição ou aquisição de ações ou de opções ou outros direitos sobre ações da Lisgráfica ou qualquer das suas participadas.

No que concerne à avaliação dos administradores, a mesma é realizada pelos acionistas numa base anual no âmbito da Assembleia-Geral.

Por último, no que diz respeito aos pagamentos relativos à destituição ou cessação por

acordo de funções de administradores, no exercício a que se reporta o presente relatório não houve cessação de funções de qualquer administrador, pelo que tal recomendação não é aplicável.

II.31. Indicação do montante anual da remuneração auferida individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade, incluindo remuneração fixa e variável.

Os montantes de remunerações fixas atribuídos aos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade no exercício de 2012 foram os seguintes:

Remuneração Global do Conselho de Administração	€ 267.302
Dr. Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão	€ 83.250
Dr. Jaime Luciano Marques Baptista da Costa	€ 77.700
Eng.º António Pedro Marques Patrocínio	€ 52.352
Dr. António Braz Monteiro	€ 54.000
 Remuneração Global do Conselho Fiscal	 € 5.200
 Remuneração do Auditor Externo	 € 55.000

A remuneração dos membros executivos do órgão de administração tem componente fixa e variável, e apenas fixa no caso do administrador não executivo ainda que os estatutos prevejam no nº 1 do Artigo 10º a possibilidade de atribuição de percentagem sobre os lucros.

Os membros do órgão de administração e fiscalização da Sociedade não auferiram quaisquer direitos de pensão no exercício de 2012.

II.32. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de Administração com os interesses de longo prazo da Sociedade bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos

Conforme já referido *supra*, em II.30., o alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos de administração com os interesses de sustentabilidade da Sociedade é conseguido através da atribuição de uma remuneração de base alinhada com as práticas de remuneração e valor aplicadas por empresas de dimensão e complexidade semelhante e ainda, no caso de Administradores-Executivos, através de uma remuneração variável que tem assim, como objetivo, recompensá-los pelo desempenho da Sociedade.

Como tal, a atribuição da componente variável encontra-se dependente do cumprimento de objetivos de desempenho tendo em conta o indicador escolhido, EBITDA da Sociedade a 31 de Dezembro de cada ano, evidenciado nas respetivas contas anuais aprovadas pelo Conselho de Administração e devidamente auditadas pelo Conselho Fiscal. O pagamento da remuneração variável é efetuado no prazo máximo de 6 meses após o encerramento de cada exercício.

II.33 – Relativamente à remuneração dos Administradores Executivos:

- a) A remuneração dos Administradores Executivos integra uma componente variável que depende do cumprimento de objetivos de desempenho baseados no indicador EBITDA;
- b) Os Administradores Executivos são avaliados pela Assembleia-Geral;
- c) Como referido na alínea a) a avaliação de desempenho rege-se pelo indicador EBITDA;
- d) Até este exercício não se registaram pagamentos de remunerações variáveis, nem existem limites máximos de remuneração;
- e) O pagamento da componente variável não tem período de diferimento, embora esta tenha que ser liquidada até 6 meses após o encerramento das contas;
- f) A Sociedade não aplica a condição de sujeição do pagamento da remuneração variável à continuação do desempenho positivo da Sociedade;
- g) Não existe atribuição de remuneração variável em ações;
- h) Não existe atribuição de remuneração variável em opções;
- i) Não existem quaisquer outros prémios para além do descrito na alínea a) nomeadamente de outros benefícios não pecuniários;
- j) Não foram pagos em 2012 quaisquer valores a título de remuneração variável;
- k) Não foram pagos em 2012 indemnizações a ex-administradores, nem são devidas quaisquer quantias relativas a indemnizações a ex-administradores
- l) Existe um contrato de administração, e este não prevê indemnizações em caso de demissão por iniciativa do titular do órgão de administração;
- m) No exercício de 2012 os Administradores da Lisgráfica não auferiram qualquer remuneração de sociedades que com ela estejam em relação de Grupo.
- n) Embora os estatutos prevejam que possa ser instituídos regimes de reforma por velhice ou invalidez para Administradores, até esta data tal não foi instituído;
- o) Não existem outros benefícios não pecuniários relevantes que sejam considerados como remuneração, que não estejam indicados nos pontos anteriores;
- p) Não foram celebrados contratos com os administradores nem existe conhecimento de que algum administrador tenha celebrado com terceiros contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável.

II.34. Referência ao facto de a remuneração dos administradores não executivos do órgão de administração não integrar componentes variáveis

A remuneração do administrador não-executivo não integra componente variável.

II.35. Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adotada na Sociedade (meios de comunicação, pessoas com legitimidade para receber as comunicações, tratamento a dar às mesmas e indicação das pessoas e órgãos com acesso à informação e respetiva intervenção no procedimento)

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou regras relativas aos procedimentos aplicáveis à receção e tratamento das comunicações de irregularidades apresentadas pelos interessados e à averiguação da efetiva existência das irregularidades e respetiva sanção. As linhas gerais da política de comunicação de irregularidades da Sociedade são as seguintes:

Os acionistas, membros de órgãos sociais, dirigentes, diretores, quadros, trabalhadores, prestadores de serviços, colaboradores, fornecedores, clientes ou outros *stakeholders* da Lisgráfica que detetem ou tenham conhecimento de situações ou fundadas dúvidas de desconformidade de tais situações em relação a regras legais, estatutárias, deontológicas ou de ética profissional, ou a normas contidas em quaisquer documentos internos ou regulamentos, recomendações, diretrizes ou orientações aplicáveis à Sociedade, podem e devem reportar tais irregularidades ao Presidente do Conselho Fiscal, através do e-mail irregularidadesCF@lisgrafica.pt e/ou através do endereço postal - Presidente do Conselho Fiscal Estrada Consiglieri Pedroso, 90 Casal de Stª Leopoldina - Queluz de Baixo 2730-053 BARCARENA

As irregularidades comunicadas serão apreciadas pelo Presidente do Conselho Fiscal . Serão adotadas medidas para permitir, no âmbito de todo o procedimento de receção e apreciação das irregularidades comunicadas, o cumprimento de deveres de confidencialidade adequados, sendo ainda assegurado, regra geral, o direito de eliminação e/ou de retificação de dados inexatos, incompletos ou equívocos comunicados pelos denunciantes.

As entidades competentes para a apreciação das irregularidades averiguarão, com a celeridade possível e adequada ao caso em apreço, todos os factos comunicados e suscetíveis de serem enquadrados na política de comunicação e tratamento de irregularidades da Sociedade, adotando as medidas que entendam necessárias para sanar as irregularidades comunicadas e

comprovadas pelo procedimento de averiguação notificando, para o efeito, o denunciante sobre o desfecho do procedimento de averiguação de irregularidades.

Nos termos da sua política de comunicação e tratamento de irregularidades, a Lisgráfica tomará as medidas necessárias para que não se verifiquem atos de discriminação contra os denunciantes de irregularidades ou contra quaisquer pessoas que colaborem no âmbito dos respetivos procedimentos de averiguação, relacionados com a comunicação das irregularidades verificadas no seio da Sociedade.

A listagem de irregularidades detetadas e a indicação de eventuais medidas corretivas e de sanção aplicadas serão comunicadas pelas entidades competentes para a apreciação de irregularidades ao Conselho de Administração, com periodicidade trimestral.

A política integral de comunicação e tratamento de irregularidades da Sociedade está disponível e pode ser consultada no sítio da internet da Lisgráfica www.lisgrafica.pt.

Secção V – Comissões Especializadas

II.36. Identificação dos membros das comissões constituídas para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos administradores executivos, reflexão sobre o sistema de Governo adotado pela Sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de Administrador

Não aplicável.

II.37. Número de reuniões das Comissões constituídas com competência em matéria de Administração e fiscalização durante o exercício em causa, bem como referência à realização das Atas dessas reuniões

Durante o exercício de 2012 foram realizadas 22 reuniões da Comissão Executiva, em datas distintas das reuniões do Conselho de Administração, com elaboração das respetivas atas com o devido detalhe quanto aos trabalhos desenvolvidos em cada reunião, tendo sido disponibilizadas convocatórias e atas aos órgãos relevantes para esse efeito.

II.38. Referência ao facto de um membro da comissão de remunerações possuir conhecimento e experiência em matéria de política de remuneração

A Comissão de Vencimentos foi criada em 30 Maio de 2005, sendo composta atualmente pela Sr.^a Dr.^a Maria do Carmo Pinto de Ruella Ramos e pelo Sr. Dr. Manuel José Lemos Ribeiro, eleitos em Assembleia-Geral de acionistas de 31 de Maio de 2011, para exercer funções durante o quadriénio 2011-2014. Os membros da comissão de vencimentos são pessoas de grande experiência pessoal e empresarial e portanto de reconhecida competência para o desempenho das funções atribuídas. Os membros da Comissão de Vencimentos são independentes relativamente aos membros do órgão de administração.

II.39. Referência à independência das pessoas singulares ou coletivas contratadas para a comissão de remunerações por contrato de trabalho ou de prestação de serviço relativamente ao conselho de administração bem como, quando aplicável, ao facto de essas pessoas terem relação atual com consultora da empresa

Não aplicável.

CAPÍTULO III: Informação e Auditoria

III.1. Estrutura de capital, incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa

O capital social da Sociedade, integralmente subscrito e realizado, é de nove milhões trezentos e trinta e quatro mil oitocentos e trinta e um euro, sendo representado por um total de cento e oitenta e seis milhões seiscentas e noventa e seis mil seiscentas e vinte ações escriturais com o valor nominal de cinco cêntimos de Euro, cada uma.

A totalidade das ações representativas do capital social encontra-se admitida à negociação no Mercado de Cotações Oficiais da Euronext Lisbon.

As ações conferem aos seus titulares, designadamente os seguintes direitos:

- a) Direito à informação;
- b) Direito de voto;
- c) Direito de receber dividendos; e
- d) Direito de partilha de património em caso de liquidação.

III.2. Participações qualificadas no capital social do emitente, calculados nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários

À data de 31.12.2012, as participações qualificadas no capital social da Sociedade eram as seguintes:

Acionistas	N.º Ações	% Capital	% Direitos de Voto
Rasográfica Comércio e Serviços G., S.A.	95.196.620	50,99	50,99
Gestprint, S.A.	73.558.462	39,40	39,40

III.3. Identificação dos acionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

Não existem na Sociedade acionistas titulares de direitos especiais.

III.4. Eventuais restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade das ações

Não existem restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à sua titularidade.

III.5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da Sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

Segundo o melhor conhecimento da Sociedade, não existem acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

III.6. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade

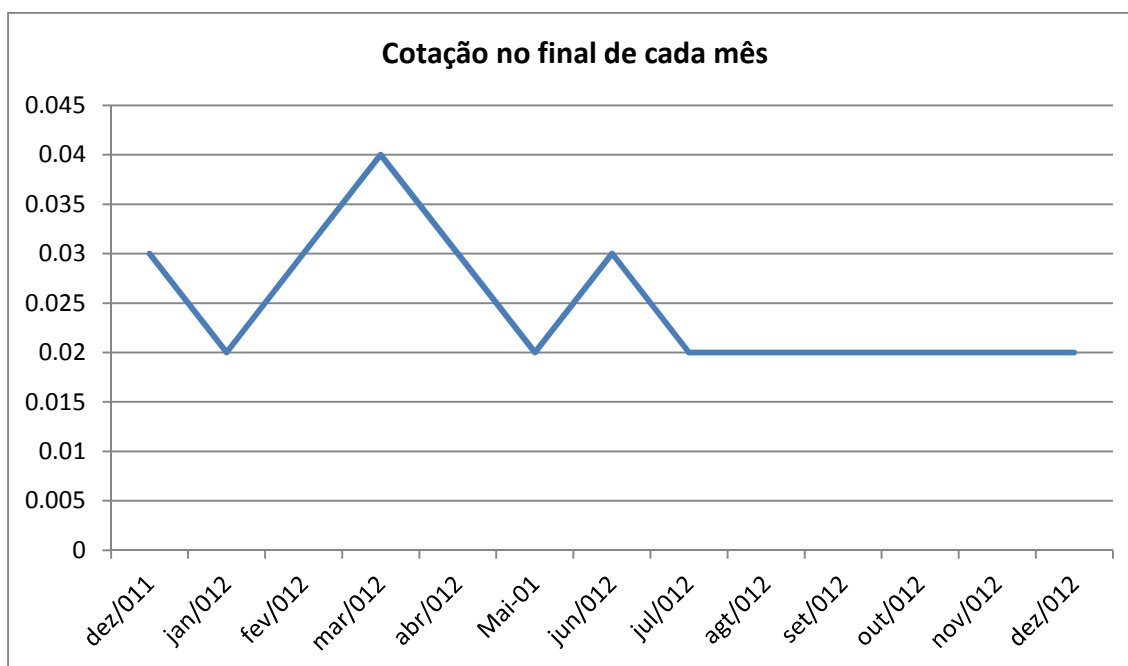
Os estatutos da Sociedade não estabelecem regras específicas relativas à respetiva alteração, pelo que se aplicam as regras legalmente previstas.

III.7. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes

Não existe na Sociedade qualquer sistema que confira aos trabalhadores o direito de participar no seu capital social.

III.8. Descrição da evolução da cotação das ações do emitente

A evolução da cotação das ações ao longo do exercício de 2012 está ilustrada no gráfico abaixo que evidencia o seu comportamento no mercado bolsista nacional (cotação de fecho no final de cada mês – em Euros):



A Sociedade tem ações admitidas à negociação na Bolsa de valores portuguesa desde 1998.

Em 28 de Julho de 2008 a empresa apresentou à CMVM e à Euronext o pedido de admissão à negociação no *Eurolist by Euronext Lisbon* das 86.696.620 ações emitidas na sequência do aumento de capital resultante do processo de fusão entre a Lisgráfica e a Sociedade Heska concluído em 2008, títulos estes que foram admitidos à cotação em 26 de Outubro de 2009.

III.9. Descrição da política de distribuição de dividendos adotada pela Sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por ações distribuído nos três últimos exercícios

A Sociedade não distribuiu, em relação ao exercício de 2012, quaisquer dividendos devido à sua situação económica e financeira, a qual se encontra evidenciada nos documentos de prestação de contas elaborados em termos individuais e consolidados.

Também não ocorreu qualquer distribuição de dividendos relativamente aos exercícios de 2010 e 2011.

III.10. Descrição das principais características dos planos de atribuição de ações e dos planos de atribuição de opções de aquisição de ações adotados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para adoção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de

inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações a atribuir, existência de incentivos para aquisição de ações e ou o exercício de opções e competência do órgão de Administração para execução e ou modificação do plano.

Indicação:

- a) Do número de ações necessárias para fazer face ao exercício de opções atribuídas e do número de ações necessárias para fazer face ao exercício de opções exercitáveis, por referência ao princípio e ao fim do ano;
- b) Do número de opções atribuídas, exercitáveis e extintas durante o ano;
- c) Da apreciação em Assembleia-Geral das características dos planos adotados ou vigentes no exercício em causa

No exercício de 2012, bem como nos anteriores, não foi adotado pela Sociedade qualquer plano de atribuição de ações ou plano de opções de aquisição de ações.

III.11. Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a Sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração ou fiscalização, ou Sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, exceto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da atividade corrente da Sociedade

Em 2012 não ocorreram negócios e operações entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração ou fiscalização, nem entre Sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, que não tenham sido realizados em condições de mercado para operações similares e não façam parte da atividade corrente da Sociedade.

III.12. Descrição dos elementos fundamentais dos negócios e operações realizadas entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado

Os negócios e operações realizadas entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em relação, ocorreram dentro das condições normais de mercado.

III.13. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles

estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários

O Conselho Fiscal analisa os negócios entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, com base na informação disponibilizada pela Sociedade ou, quando necessário, solicita informação adicional e compara com operações idênticas ocorridas entre outras empresas.

III.14. Descrição dos elementos estatísticos (número, valor médio e valor máximo) relativos aos negócios sujeitos à intervenção prévia do órgão de fiscalização

Não Aplicável.

III.15. Indicação da disponibilização, no sítio da internet da Sociedade, dos relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, pela Comissão para as matérias financeiras, pela comissão de auditoria e pelo Conselho Fiscal, incluindo indicação de eventuais constrangimentos deparados, em conjunto com os documentos de prestação de contas

Os relatórios anuais sobre a atividade do Conselho Fiscal, divulgados em conjunto com o documento anual de prestação de contas, estão disponíveis no sítio da Internet da Sociedade.

III.16. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar

O Serviço de apoio ao Investidor é realizado pelo administrador designado Representante para as relações com o Mercado, cabendo-lhe atender todos os Acionistas interessados em informações sobre a Sociedade e dispõe do endereço e-mail apoioaoinvestidor@lisgrafica.pt

Dentro do cumprimento das obrigações e recomendações vigentes no que diz respeito à informação a prestar ao Mercado, a Lisgráfica tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua atividade ao longo do ano, quer em Comunicados para a CMVM, quer, quando apropriado, através de contactos com a Comunicação Social.

O referido Representante é o Senhor Dr. Jaime Luciano Marques Baptista da Costa.

A Lisgráfica tem um sítio na Internet que contém as informações obrigatórias sobre a Sociedade, designadamente as de carácter financeiro (Relatórios e Contas, Convocatórias, Notas Informativas, Factos Relevantes, Pacto Social, Órgãos Sociais, etc.) bem como as Normas sobre o Governo da Sociedade.

O endereço eletrónico do sítio é www.lisgrafica.com.

III.17. Indicação do montante da remuneração anual paga ao Auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim descriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços

Em 2012 a Sociedade pagou € 55.000,00 ao auditor, relativamente ao serviço prestado no âmbito da auditoria e revisão legal de contas. O Auditor não prestou serviços de outro âmbito à Sociedade durante este exercício.

III.18 Referência ao período de rotatividade do auditor externo

Não existe regra definida quanto ao período de rotatividade do auditor externo. De todo o modo, é relevante referir que foi eleito um novo auditor externo para o quadriénio de 2011-2014, promovendo-se, assim, a rotatividade do titular deste órgão de fiscalização.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") é uma sociedade anónima, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem a sua sede social em Queluz de Baixo.

A atividade da Empresa consiste na impressão de revistas, jornais e listas telefónicas. A Empresa opera principalmente no mercado nacional.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 23 de Abril de 2012.

É do entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2010, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e portaria 986/2009 de 7 de Setembro, e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF") e normas interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos do Ministério das Finanças 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 7 de Setembro, os quais, no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as NCRF.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionista tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado nas notas 8 e 9, pelo que as mesmas não incluem o efeito da consolidação integral ao nível dos ativos, passivos, rendimentos e gastos.

A Empresa apresenta separadamente demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards ("IFRS"), tal como adotados pela União Europeia, as quais evidenciam ativos, passivos, proveitos operacionais, capital próprio negativo e um resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 nos montantes de 33 633 623 Euros, 82 093 978 Euros, 24 591 706 Euros, 48 460 355 Euros, e 7 653 873 Euros, respetivamente.

2.2 Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são diretamente comparáveis com as do exercício anterior.

2.3 Derrogação das disposições de SNC

Não existiram no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Participações financeiras

Os investimentos em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registados ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais, com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária, que conforme as disposições transitórias da NCRF 3, assumem o valor resultante como sendo novo valor de custo.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 24
Equipamento de transporte	3 a 12
Equipamento administrativo	3 a 20
Outros activos fixos tangíveis	3 a 20

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo e correspondem a programas de computador ("softwares") e a direitos contratuais de clientes adquiridos, deduzidos de amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os ativos intangíveis de vida útil finita são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos
Software	3 a 6
Direitos contratuais	15

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

3.5 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde à soma dos impostos correntes e dos impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor do imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos e ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos que resultem de uma concentração de atividades e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

Por se considerar que não existe, em 31 de Dezembro de 2012, uma razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados, o Conselho de Administração, por uma questão de prudência, decidiu não reconhecer impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais.

3.7 Inventários

As matérias-primas são valorizadas ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao respetivo valor de mercado.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio.

São registadas perdas de imparidade aos inventários nos casos em que o custo é superior ao valor estimado de recuperação.

3.8 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Fornecedores;
- Outras contas a pagar;
- Financiamentos obtidos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui caixa, depósitos bancários e descobertos bancários com vencimento inferior a três meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Ajustamentos de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas para resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquidos de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados consolidados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses, após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Fornecedores Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Estas rubricas são desreconhecidas quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

3.9 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, no montante emitido.

As ações próprias adquiridas através de contrato ou indiretamente no mercado são reconhecidas no mercado próprio, em rubrica própria. De acordo com o código das sociedades Comerciais a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

3.10 Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos cuja aquisição se destinaram.

3.11 Provisões e passivos contingentes

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota, nem provável.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

3.12 Rédito

O rédito decorrente de vendas é reconhecido na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito decorrente das prestações de serviços, que respeitam, essencialmente, à impressão de jornais, revistas, listas telefónicas e outros, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço, e são apresentados na demonstração dos resultados sob a designação de Vendas.

Os descontos de pronto pagamento apenas são concedidos em determinadas circunstâncias que se poderão verificar ou não, não existindo à data do reconhecimento inicial das contas a receber qualquer obrigação construtiva ou legal de conceder aqueles descontos, os quais são registados quando a obrigação da sua concessão ocorre, como custo financeiro.

Os juros e rendimentos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

3.13 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.14 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.15 Operações de *factoring* e de desconto de letras

Os créditos cedidos em regime de *factoring* e os titulados por letras estão evidenciados no ativo ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas sociedades de *factoring*, bem como os valores descontados em instituições financeiras, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso e das letras, respetivamente, são evidenciados no passivo (Nota 19.1). À medida que se efetuam as cobranças dos valores em dívida, as mesmas são registadas como uma dedução ao passivo e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber.

3.16 Juizos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Ativos tangíveis e intangíveis : A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

Imparidade: A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento o custo de capital, bem como quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Provisões: A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. FLUXOS DE CAIXA4.1 Caixa e depósitos bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Numerário	1.483	3.080
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>121.789</u>	<u>228.004</u>
Caixa e seus equivalentes	123.272	231.084
 Descobertos bancários (Nota 18.1)	 <u>(18.811)</u>	 <u>(120.543)</u>
Caixa e depósitos bancários	<u><u>104.461</u></u>	<u><u>110.541</u></u>

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2012						Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
Ativo bruto:							
Saldo inicial	462.956	107.696.905	1.337.030	1.007.038	868.605	-	111.372.534
Aquisições	-	10.555	-	-	-	-	10.555
Alienações	-	(252.429)	(371.918)	-	-	-	(624.347)
Abates	-	(8.685.163)	(351.987)	(501.925)	(86.069)	-	(9.625.144)
Saldo final	462.956	98.769.868	613.125	505.113	782.536	-	101.133.598
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo inicial	199.023	90.221.825	1.244.436	899.615	443.699	-	93.008.598
Depreciações do exercício (Nota 31)	46.295	3.361.227	36.850	23.964	9.525	-	3.477.861
Alienações	-	(252.429)	(353.530)	-	-	-	(605.959)
Abates	-	(8.671.512)	(351.987)	(500.380)	(85.922)	-	(9.609.801)
Saldo final	245.318	84.659.111	575.769	423.199	367.302	-	86.270.699
Ativo líquido	217.638	14.110.757	37.356	81.914	415.234	-	14.862.899

	2011						Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
Ativo bruto:							
Saldo inicial	462.956	110.218.916	1.323.030	1.006.179	868.605	174.486	114.054.172
Transferências em curso	-	174.486	-	-	-	(174.486)	-
Aquisições	-	112.589	14.000	859	-	-	127.448
Alienações	-	(2.809.086)	-	-	-	-	(2.809.086)
Saldo final	462.956	107.696.905	1.337.030	1.007.038	868.605	-	111.372.534
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo inicial	152.727	88.993.813	1.169.005	864.857	438.010	-	91.618.412
Depreciações do exercício (Nota 31)	46.296	4.037.348	75.431	29.438	9.901	-	4.198.414
Alienações	-	(2.809.085)	-	-	-	-	(2.809.085)
Regularizações / Transferências	-	(251)	-	5.320	(4.212)	-	857
Saldo final	199.023	90.221.825	1.244.436	899.615	443.699	-	93.008.598
Ativo líquido	263.933	17.475.080	92.594	107.423	424.906	-	18.363.936

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2012		
	Software	Outros activos intangíveis	Total
Ativo bruto:			
Saldo inicial	967.675	2.788.398	3.756.073
Abates	(329.479)	-	(329.479)
Saldo final	638.196	2.788.398	3.426.594
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial	803.141	604.711	1.407.852
Amortizações do exercício (Nota 31)	164.534	201.544	366.078
Abates	(329.479)	-	(329.479)
Saldo final	638.196	806.255	1.444.451
Ativo líquido	-	1.982.143	1.982.143

	2011		
	Software	Outros activos intangíveis	Total
Ativo bruto:			
Saldo inicial	967.675	2.586.827	3.554.502
Saldo final	967.675	2.788.398	3.554.502
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial	623.452	201.570	825.022
Amortizações do exercício (Nota 31)	179.689	201.571	381.260
Saldo final	803.141	403.141	1.206.282
Ativo líquido	164.534	2.385.257	2.348.220

Os "Outros ativos intangíveis" correspondem a direitos contratuais de impressão que foram adquiridos a terceiros e estão a ser amortizados linearmente, durante o período dos respetivos contratos (Nota 20).

8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Empresa detém o seguinte investimento em subsidiárias:

Subsidiária	Sede	Activo	Passivo	2012			2011		
				% detida	Capital próprio	Resultado líquido (Nota 9)	% detida	Capital próprio	Resultado líquido (Nota 9)
Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA ("Gestigráfica")	-	-	-	-	-	-	100%	5.386	(10.274.451)
Reprodução e Artes Gráficas, SA ("Grafilis")	Queluz de Baixo	7.663	1.462.892	100%	(1.455.229)	(8.120)	100%	(1.447.109)	(29.427)

Os montantes apresentados foram extraídos das demonstrações financeiras das empresas em 31 de Dezembro de 2012.

No decorrer do exercício a Empresa alienou a totalidade das ações da subsidiária Gestigráfica pelo montante de 25.000 Euros.

Em virtude de os capitais próprios da subsidiária da Grafilis – Reprodução e Artes Gráficas, SA. ("Grafilis") serem negativos em 1.455.229 Euros, foi constituída uma provisão por este montante.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nas rubricas “Participações financeiras” foi o seguinte:

	2012
	Método da equivalência patrimonial
Saldo inicial	5,386
Diminuições	(5,385)
Perdas por imparidade	(1)
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 8)	-
Saldo final	-
	2011
	Método da equivalência patrimonial
Saldo inicial	10,279,837
Aumentos	1
Perdas por imparidade	(1)
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 8)	(10,274,451)
Saldo final	5,386

As perdas por imparidade referem-se ao ajustamento das perdas por imparidade da subsidiária Grafilis.

9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), à taxa de 25% sobre a matéria coletável.

Nos termos de artigo n.º 88 do Código do IRC a Empresa e as suas subsidiárias encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2008 a 2012 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos são reportáveis durante um período de 6 anos para os gerados nos exercícios até 2009, 4 anos para os incorridos em 2010 e 2011 e 5 anos para os gerados em 2012. Os referidos prejuízos são suscetíveis de dedução até 75% a lucros fiscais gerados anualmente.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 32.048.326 Euros e 28.416.088 Euros. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	2012	2011
2012	-	3.440.134
2013	3.190.037	3.190.037
2014	9.846.725	9.846.725
2015	11.939.192	11.939.192
2017	7.072.372	-
	32.048.326	28.416.088

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o gasto com impostos sobre o rendimento tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Imposto corrente (a)	92.014	167.429
Insuficiência de estimativa	15.764	-
Imposto diferido	(3.272)	(3.263)
	<u>104.506</u>	<u>164.166</u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui a tributação autónoma no montante de 92.014 Euros e 167.429 Euros, respetivamente (Nota 22).

Impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os passivos por impostos diferidos estão relacionados com os subsídios do Governo, os quais estão registados em capital próprio.

O movimento ocorrido nos exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	Subsídios do governo	Mais valias não tributadas	Direitos contratuais	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	-	125.735	924.530	1.050.265
Aumento	64.706	-	-	64.706
Redução	(12.347)	(125.735)	(924.530)	(1.062.612)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	<u>52.359</u>	-	-	<u>52.359</u>
Redução	<u>(12.347)</u>	-	-	<u>(12.347)</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	<u>40.012</u>	-	-	<u>40.012</u>

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, foi como o seguinte:

	Subsídio do Governo (Nota 29)	Total
Passivos por impostos diferidos:		
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	17.148	17.148
Reduções	<u>(3.273)</u>	<u>(3.273)</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	<u>13.875</u>	<u>13.875</u>
Reduções	<u>(3.272)</u>	<u>(3.272)</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	<u>10.603</u>	<u>10.603</u>

Outras informações:

No exercício de 2006, a Empresa foi alvo de liquidações adicionais efetuadas pela Administração Fiscal em sede de IRC, Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA") e Imposto Municipal sobre Transmissões ("IMT") referentes ao exercício de 2004, no montante de, aproximadamente, 1.139.000 Euros, tendo solicitado a emissão de garantias bancárias, no montante de 1.207.971 Euros (Nota 24). A Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que as mesmas não têm fundamento, tendo, inclusive, já sido anulada pelos Serviços da Direcção Geral dos Impostos a liquidação adicional, no montante de 248.900 Euros, referente ao IVA de operações imobiliárias. Consequentemente, a Empresa não constituiu qualquer provisão para aquele efeito.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

10. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os inventários da Empresa têm a seguinte composição:

	2012			2011		
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	304.290	(6.763)	297.527	655.933	(33.485)	622.448
Produtos e trabalhos em curso	56.392	-	56.392	118.835	-	118.835
	<u>360.682</u>	<u>(6.763)</u>	<u>353.919</u>	<u>774.768</u>	<u>(33.485)</u>	<u>741.283</u>

É esperado que os inventários sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações financeiras.

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, foi como segue:

	2012			2011		
	Saldo inicial	Aumentos	Anulações	Saldo inicial	Aumentos	Anulações
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	33.485		26.722	52.269	11.491	30.275
	<u>33.485</u>	<u></u>	<u>26.722</u>	<u>52.269</u>	<u>11.491</u>	<u>30.275</u>

As reversões das perdas por imparidade resultam da venda e/ou consumo dos respetivos artigos.

As reversões de perdas por imparidade de inventários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, foram registadas por contrapartida da seguinte rubrica:

	2012	2011
Reversões de perdas por imparidade:		
Reversões de perdas por imparidade em inventários	<u>26.722</u>	<u>30.275</u>

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, tem a seguinte composição:

	2012			2011		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	-	655.933	655.933	-	835.328	835.328
Compras	-	7.413.750	7.413.750	-	11.077.854	11.077.854
Regularização de existências	119.473	(119.473)	-	189.301	(189.301)	-
Saldo final	-	(304.290)	(304.290)	-	(655.933)	(655.933)
Custo das existências vendidas e consumidas	<u>119.473</u>	<u>7.645.920</u>	<u>7.765.393</u>	<u>189.301</u>	<u>11.067.948</u>	<u>11.257.249</u>

A variação dos inventários da produção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Saldo inicial	(118.835)	(37.216)
Saldo final	<u>56.392</u>	<u>118.835</u>
Variação dos inventários	<u>(62.443)</u>	<u>81.619</u>

11. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as contas a receber da Empresa têm a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Clientes:

	2012				2011			
	valor bruto	Desconto da dívida	Imparidade acumulada	Valor líquido	valor bruto	Desconto da dívida	Imparidade acumulada	Valor líquido
Não correntes:								
Cientes, conta corrente	5.403.263	(372.166)	(2.996.388)	2.034.709	5.392.949	(805.599)	(1.362.751)	3.224.599
Correntes:								
Cientes, conta corrente	4.170.406	-	-	4.170.406	8.400.499	-	-	8.400.499
Cientes de cobrança duvidosa	9.254.195	-	(9.254.195)	-	8.667.843	-	(8.667.843)	-
Cientes, títulos a receber	191.760	-	-	191.760	567.097	-	-	567.097
	13.616.361	-	(9.254.195)	4.362.166	17.635.439	-	(8.667.843)	8.967.596
	19.019.624	(372.166)	(12.250.583)	6.396.875	23.028.388	(805.599)	(10.030.594)	12.192.195

Outras contas a receber:

	2012	2011
Não correntes:		
Gespatriónio (a)	1.580.223	1.580.223
Grafilis (b)	1.274.815	1.266.933
Depósitos a prazo (c)	85.317	85.317
	2.940.355	2.932.473
Correntes:		
Devedores diversos	540.100	213.927
Devedores por acréscimos de rendimentos (d)	-	901.016
Débitos em emissão	-	15
Adiantamentos ao pessoal	32.085	45.701
Outros	68.283	145.817
	640.468	1.306.476

- (a) Esta rubrica corresponde a um adiantamento concedido por conta da exploração de um projeto imobiliário a ser desenvolvido em conjunto com a Gespatrimónio. No entendimento do Conselho Administração, este montante não será recebido no curto prazo, pelo que foi classificado a médio e longo prazo.
- (b) Montante a receber da subsidiária Grafilis.
- (c) Em 31 de Dezembro de 2012, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 19.1).
- (d) Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica englobava 313.500 Euros a serem reembolsados pela Seguradora referentes a indemnização pelo sinistro ocorrido na dobradeira Sunday 4000.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de imparidade de clientes e outras contas a receber:

	Cientes	Acionistas	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	10.764.793	-	10.764.793
Aumentos	587.883	3.349.627	3.937.510
Reduções	(10.350)	-	(10.350)
Utilizações	(1.311.732)	-	(1.311.732)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	10.030.594	3.349.627	13.380.221
Aumentos	2.264.503	15.000	2.279.503
Reduções	(2.980)	-	(2.980)
Utilizações	(41.534)	-	(41.534)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	12.250.583	3.364.627	15.615.210

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

As utilizações das perdas de imparidade em “Clientes” em 2012 e 2011, estão relacionadas com a utilização dos ajustamentos de clientes constituídos em exercícios anteriores em que a Empresa considerou perdida a recuperação.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, foram reconhecidas perdas por imparidade em dívidas a receber de clientes de 2.264.503 Euros (587.883 Euros em 2011), expurgando o efeito da atualização financeira das contas a receber.

De igual modo foram registadas perdas por imparidade de 15.000 Euros (3.349.627 Euros em 2011) relativa a empréstimo à sua participante no capital, Gestprint – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA., por se ter concluído não haver viabilidade do seu recebimento, devido à incapacidade financeira da devedora.

As antiguidades dos saldos da rubrica “Clientes” em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são como segue:

	2012			2011		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Não vencido	2.743.839	-	2.743.839	3.780.877	-	3.780.877
Vencido:						
0-30 dias	1.743.392	-	1.743.392	1.866.903	-	1.866.903
30-90 dias	1.074.984	-	1.074.984	1.641.298	-	1.641.298
90-180 dias	148.791	-	148.791	260.550	-	260.550
> 180 dias	15.343.327	(12.250.583)	3.092.744	14.673.161	(10.030.594)	4.642.567
	<u>21.054.333</u>	<u>(12.250.583)</u>	<u>8.803.750</u>	<u>22.222.789</u>	<u>(10.030.594)</u>	<u>12.192.195</u>

As imparidades foram registadas em cada exercício com base na avaliação efetuada sobre a recuperabilidade dos saldos.

Em Abril de 2011, a Empresa intentou uma ação declarativa de condenação, sob a forma de processo ordinário contra empresas do Grupo Impala, decorrente do incumprimento destas no pagamento da dívida.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta conta a receber foi registada como não corrente pelo seu valor atual, correspondente ao entendimento da melhor estimativa efetuada pelo Conselho de Administração.

12. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Diferimentos ativos” tem a seguinte composição:

	2012	2011
<i>Tickets</i> de restaurante	11.964	12.064
Seguros	<u>11.442</u>	<u>13.902</u>
	<u>23.406</u>	<u>25.966</u>

13. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital da Empresa, no montante de 9.334.831 Euros, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 186.696.620 ações com o valor nominal de cinco cêntimos de Euros cada ação.

O capital social em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Capital		
Valor nominal	<u>9.334.831</u>	<u>9.334.831</u>
Ações próprias	<u>(474.121)</u>	<u>(474.121)</u>
	<u>(474.121)</u>	<u>(474.121)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o capital social da Empresa era detido pelos seguintes acionistas:

	Nº de acções	Percentagem
Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, S.A. ("Rassográfica")	95.196.620	50,99%
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestprint")	73.558.462	39,40%
Outros, inferiores a 10% do capital	17.941.538	9,61%
	<u>186.696.620</u>	<u>100,00%</u>

14. RESERVAS

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as reservas não apresentaram movimento e têm a seguinte composição:

	2012	2011
Reserva legal	1.357.744	1.357.744
Outras reservas	7.901.553	7.901.553
Doações	22.347	22.347
	<u>9.281.644</u>	<u>9.281.644</u>

Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas: Esta rubrica resulta, da reavaliação dos ativos fixos tangíveis, efetuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos acionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

15. AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros" sofreu um aumento de 213.945 Euros derivado da alienação de 100% do capital da Gestigráfica.

Em 31 de Dezembro de 2012, apresenta um saldo de 3.327.665 Euros e está relacionado com a subsidiária Grafilis.

Entidade	2012			2011		
	Ajustamentos de transição	Outras variações nos capitais próprios	Total	Ajustamentos de transição	Outras variações nos capitais próprios	Total
Gestigráfica, SA	-	-	-	(88.745)	(125.189)	(213.934)
Grafilis, SA	3.516.838	(189.173)	3.327.665	3.516.838	(189.173)	3.327.665
	<u>3.516.838</u>	<u>(189.173)</u>	<u>3.327.665</u>	<u>3.428.093</u>	<u>(314.362)</u>	<u>3.113.731</u>

16. EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Excedentes de revalorização", no montante de 34.955 Euros, não apresentou movimento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

17. PROVISÕES

O movimento ocorrido na rubrica de “Provisões” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, foi o seguinte:

	2012			
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Saldo final
Outras Provisões	1.447.109	8.120	-	1.455.229

	2011			
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Saldo final
Outras Provisões	23.168	1.447.109	(23.168)	1.447.109

18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, têm a seguinte composição:

	2012		2011	
	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes
Financiamentos e outras dívidas financeiras	1.544.959	42.203.851	862.392	46.067.309
Credores por locações financeiras	5.152.380	1.085.745	5.434.618	1.276.074
	6.697.339	43.289.596	6.297.010	47.343.383

18.1 Financiamentos e outras dívidas financeiras:

	2012		2011	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Financiamentos bancários (a)	1.544.959	35.686.939	862.392	36.610.985
Outros Financiamentos (b)	-	606.198	-	606.198
Descobertos bancários (c)	-	18.811	-	120.543
Factoring (d)	-	4.277.933	-	6.231.019
Letras descontadas (e)	-	1.385.919	-	1.916.597
Cheques pré-datados (f)	-	228.051	-	581.967
	1.544.959	42.203.851	862.392	46.067.309

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

(a) Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe dos empréstimos bancários era como segue:

	2012		2011	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") (i)	1.031.352	90.000	-	1.188.852
BCP (ii)	-	2.650.000	-	2.650.000
Barclays Bank, S.A. ("Barclays") (iii)	-	960.000	-	990.000
Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD") (iv)	-	1.040.625	-	1.502.234
BCP (v)	-	602.500	-	602.500
Finibanco, S.A. ("Finibanco") (vi)	-	105.514	93.007	20.832
Caixa Económica Montepio Geral, S.A. ("Montepio") (vii)	-	243.260	78.605	182.658
BCP (viii)	-	1.021.236	-	1.021.236
BCP (ix)	-	20.240.000	-	20.240.000
BCP (x)	-	4.000.000	-	4.000.000
BCP	-	-	-	116.667
Banco Popular, S.A. ("BP") (xi)	22.222	130.971	106.481	63.307
Banif (xii)	-	358.326	-	407.125
Banif (xiii)	-	662.832	-	662.832
CGD (xiv)	-	1.677.195	-	1.619.048
Banco Efisa (xv)	491.385	113.914	584.299	52.500
Banif (xvi)	-	1.291.194	-	1.291.194
Banif (xvii)	-	477.000	-	-
Livranças	-	22.372	-	-
	<u>1.544.959</u>	<u>35.686.939</u>	<u>862.392</u>	<u>36.610.985</u>

- (i) Empréstimo correspondente a três linhas conta-corrente caucionada com o BES, com plano de amortização mensal desde Abril de 2012 de 2.500 Euros em cada uma das linhas, no valor total de 1.121.352 Euros, com as seguintes particularidades:
- Linha de 566.352 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias, acrescida de 4,75%;
 - Linha de 477.500 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias, acrescida de 4,75%;
 - Linha de 77.500 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias, acrescida de 4%
- (ii) Financiamento renegociado pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 2.650.000 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e seis meses, respetivamente. Após esse período, o capital será amortizável em 118 prestações mensais com início a 15 de Janeiro de 2014 e término em 15 de Outubro 2023. As primeiras 70 prestações no montante de 13.475 Euros e as restantes 48, no montante de 35.558 Euros. Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Rasográfica e a Gestprint subscreveram uma livrança em branco e adicionalmente cederam em penhor as ações detidas no capital da Lisgráfica. Este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos "covenants" que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.
- (iii) Financiamento concedido pelo Barclays, no montante inicial de 1.000.000 Euros, com carência de capital de doze meses. Em 8 de Agosto de 2011 foi realizado um aditamento ao contrato inicial, passando o capital a ser amortizado em 60 prestações mensais com início em 18 de Setembro de 2011 e término em 18 de Agosto de 2016 nas seguintes condições: entre a 1ª e 12ª prestação os reembolsos serão de 2.500 Euros, entre a 13ª e 24ª de 5.000 Euros, entre a 25ª e 36ª de 10.000 Euros, entre a 37ª e 48ª de 32.500 Euros, entre a 49ª e 56ª de 40.000 Euros e entre a 57ª e 60ª de 20.000 Euros. Este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%. Em 31 de Dezembro de 2012, o montante em dívida ascendia a 960.000 e foi classificado na totalidade como passivo corrente por a Empresa não estar a cumprir os diversos "covenants" que assumiu em resultado da sua contratação.
- (iv) Financiamento concedido pela CGD em 5 de Junho de 2009, no montante inicial de 2.375.000 Euros. O empréstimo é liderado pela CGD (831.250 Euros), conta com a participação do BCP (1.068.750 Euros e Banif (477.00 Euros) sendo o capital amortizável em 13 prestações mensais com início em 7 de Julho de 2009 e término em 7 de Julho de 2010, sendo as primeiras 12 prestações de 62.500 Euros cada e a última prestação no montante de 1.625.000 Euros. Em 15 de Março de 2011 e 12 de Janeiro de 2012 foram negociadas as parcelas em dívida à CGD e Banif, ficando em dívida o montante de 1.040.625 Euros. Em 31 de Dezembro de 2012, este montante encontra-se em mora face ao plano de reembolso contratado pelo que foi classificado como passivo corrente. Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2,75%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

- (v) Financiamento concedido pelo Banif em 22 de Maio de 2009, no montante inicial de 2.410.000 Euros. O empréstimo é liderado pelo Banif (1.205.000 Euros) e conta com a participação do BCP (602.500 Euros) e do Banco Efisa (602.500 Euros), sendo o capital amortizável em 73 prestações mensais com início em 22 de Junho de 2010 e término em 22 de Julho de 2016, sendo as prestações no montante de 33.014 Euros cada. No primeiro semestre de 2011 foram negociadas as parcelas em dívida ao Banif e Banco Efisa por um prazo de 120 meses e com carência de capital de 36 meses. Em 30 de Setembro de 2012 a parcela referente ao BCP, no montante de 602.500 Euros, ainda não se encontra negociada e vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2,75%.
- (vi) Financiamento concedido pelo Finibanco, no montante inicial de 250.000 Euros, amortizável em 36 prestações mensais de 6.944 Euros, com início em 15 de Abril de 2010 e término em 15 de Março de 2013. Em 31 de Dezembro de 2012, o montante em dívida ascendia a 105.514 Euros, do qual 84.682 Euros se encontra em mora. Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4,5%.
- (vii) Financiamento concedido pelo Montepio, no montante inicial de 500.000 Euros, com carência de capital de seis meses e, após esse período, o capital será amortizável em 42 prestações mensais e constantes, com início em 16 de Janeiro de 2010 e término em 16 de Janeiro de 2013. Em Abril de 2010, o montante em dívida era de 471.614 Euros, tendo-se realizado um aditamento ao contrato inicial, passando o capital a ser amortizado em 36 prestações mensais, com início em 16 de Julho de 2010 e término em 16 de Junho de 2013. Em 31 de Dezembro de 2012, o montante em dívida ascendia a 243.260 Euros, do qual 171.832 Euros se encontra em mora. Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4%.
- (viii) Financiamento concedido pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 1.021.236 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e seis meses, respetivamente. Após esse período, o capital será amortizável em 51 prestações mensais com início a 14 de Janeiro de 2014 e término em 18 de Março 2018. Como garante do integral cumprimento empréstimo, a Lisgráfica subscreveu uma livrança em branco e constituiu o penhor sobre direitos de créditos emergentes do contrato de impressão com o cliente Páginas Amarelas, S.A.. Este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “covenants” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado integralmente como passivo corrente.
- (ix) Financiamento concedido pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 20.240.000 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e seis meses, respetivamente. Após esse período, o capital será amortizável em 84 prestações mensais com início a 30 de Janeiro de 2014 e término em 20 de Dezembro 2020. As primeiras 36 prestações ascenderão a 144.536 Euros cada, posteriormente 47 prestações no montante de 313.161 Euros e a última no montante de 318.162 Euros. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos “covenants” a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato de financiamento (nomeadamente, cumprimento dos contratos de financiamento celebrados, independentemente da sociedade financiadora, taxas, contribuições e impostos, restrições relativamente à contratação de novos financiamentos, entre outros). A Empresa assumiu ainda diversas garantias nomeadamente, a prestação de aval pelos acionistas Rasográfica e Gestprint, detentoras, atualmente, respetivamente, de 50,99% e 39,4% das ações representativas do capital social da Empresa, a constituição de penhor financeiro pela Rasográfica sobre 8.500.000 ações de sua titularidade, representativas do capital social da Empresa e outorga de respetiva procuração irrevogável, a constituição de penhor financeiro pela Gestprint sobre 72.223.016 ações de sua titularidade, representativas do capital social da Empresa e outorga de respetiva procuração irrevogável, a constituição de penhor sobre os direitos de crédito e consignação de receitas atribuídos à Empresa nos termos do contrato / protocolo celebrado em 20 de Julho de 2004, entre esta e o Fundo de Investimento Imobiliário gerido e legalmente representado pela ESAF, para o desenvolvimento conjunto de um projeto imobiliário do qual participam, o penhor sobre os direitos de crédito do contrato de impressão com o cliente Páginas Amarelas, S.A., a constituição de um penhor sobre equipamentos desonerados e a subscrição de uma livrança caução pela Empresa. Este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%. Em virtude de os “covenants” assumidos não estarem a ser cumpridos, este financiamento foi classificado na totalidade como passivo corrente.
- (x) Financiamento concedido pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 4.000.000 Euros, com carência de capital até à data de vencimento que ocorre a 30 de Dezembro de 2015 e de juros durante os primeiros seis meses. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos “covenants” a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato de financiamento (nomeadamente, cumprimento dos contratos de financiamento celebrados, independentemente da sociedade financiadora, taxas, contribuições e impostos, restrições relativamente à contratação de novos financiamentos, entre outros). Como garante do integrante cumprimento deste empréstimo, foi constituído penhor do crédito detido pela Lisgráfica sobre a Impala; a consignação das receitas líquidas emergentes do crédito consignado e a subscrição de uma livrança caução em branco. Este financiamento vence juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de 2%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “covenants” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.
- (xi) Financiamento concedido pelo Banco Popular, no montante inicial de 240.000 Euros, amortizável em 54 prestações mensais e constantes, com início em 25 de Junho de 2010 e término em 25 de Novembro de 2014. Em 31 de Dezembro de 2012, o montante em dívida ascendia a 153.193 Euros, do qual 22.222 Euros se vence a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4,0%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

- (xii) Financiamento concedido pelo Banif, no montante inicial de 450.000 Euros, amortizável em 108 prestações mensais de 4.167 Euros, com início em 19 de Dezembro de 2010 e término em 19 de Novembro de 2019. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “covenants” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2,5%.
- (xiii) Financiamento concedido pelo Banif, no montante inicial de 720.000 Euros, amortizável em 108 prestações mensais de 6.667 Euros, com início em 23 de Dezembro de 2010 e término em 23 de Novembro de 2019. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2,5%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “covenants” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.
- (xiv) Financiamento concedido pela Caixa Geral de Depósitos a partir de 15 de Março de 2011, no montante de 1.677.195 Euros, com carência de capital de 36 meses. Após esse período o empréstimo será amortizável em 14 prestações semestrais com início em 15 de Setembro de 2014. Este financiamento resulta da reestruturação de outros já existentes e vence juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de 2%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “covenants” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.
- (xv) Financiamento concedido pelo Banco Efisa, no montante de 647.229 Euros, amortizável em 60 prestações mensais com início em 30 de Setembro de 2011 e término em 30 de Agosto de 2016 nas seguintes condições: entre a 1ª à 12ª prestação os reembolsos mensais serão de 3.500 Euros, entre a 13ª e 24ª de 7.000 Euros e o remanescente será reembolsado em 36 prestações mensais, iguais e sucessivas. Em 31 de Dezembro de 2012 o montante em dívida ascendia a 605.299 Euros, do qual 491.385 Euros se vence a médio e longo prazo. Adicionalmente, este financiamento resulta da reestruturação de outro já existente e vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%.
- (xvi) Financiamento concedido pelo Banif, no montante de 1.291.194 Euros, amortizável em 84 prestações mensais com início em 30 de Agosto de 2014, sendo a última prestação acrescida de 516.478 Euros. Este financiamento resulta da reestruturação de outro já existente e vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos “covenants” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.
- (xvii) Financiamento concedido pelo Banif em 16 de Janeiro de 2012, no montante de 477.000 Euros, amortizável em 84 prestações mensais, com carência de capital de 3 anos e sendo a prestação final com vencimento a 16 de Janeiro de 2022, acrescida do valor residual de 190.800 Euros. Este financiamento resulta da reestruturação de outro já existente e vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos “covenants” que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os planos de reembolso dos empréstimos bancários são conforme segue:

	2012
2013	35.686.939
2014	285.965
2015	263.743
2016	233.899
2017	90.000
2018 e seguintes	671.352
	<u>37.231.898</u>
	2011
2012	36.610.985
2013	406.066
2014	213.430
2015	170.268
2016	72.628
	<u>37.473.377</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

- (b) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703), recebido nos exercícios de 1996 e 1998, no total de 5.167.207 Euros e corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respetivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de Julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida o montante de 2.011.678 Euros, o qual foi objeto de uma garantia bancária, que atualmente é de 341.267 Euros (Nota 24). A Empresa mantém, também, um depósito a prazo, no montante de 85.317 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia (Nota 12), uma vez que terá de ser 25% desta. Em 31 de Julho de 2005, a Empresa obteve aprovação do IAPMEI para o pedido formulado de inclusão da dívida no procedimento extrajudicial de conciliação. Este financiamento vence juros à taxa de 2,5% por ano, tendo o mesmo sido renegociado em data posterior. Entre Janeiro e Abril de 2011, a prestação mensal foi de 11.974 Euros, sendo que, a partir de Maio de 2011, os pagamentos mensais foram de 40.413 Euros. Em 31 de Dezembro de 2012, o valor em dívida ascendia a 606.198 Euros o qual se encontra em mora.
- (c) Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os descobertos bancários são facilidades concedidas pelos bancos, destinadas a suprir necessidades pontuais de tesouraria e vencem juros a taxas correntes de mercado (Nota 4).
- (d) O saldo desta rubrica corresponde a financiamento em regime de *factoring*, com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares
- (e) O saldo desta rubrica corresponde a saques sobre terceiros, descontados e não vencidos, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (f) A rubrica de cheques pré-datados, no valor de 228.051 Euros, inclui cheques de clientes para liquidação de facturas, os quais foram objeto de desconto junto do BCP.
Em 31 de Dezembro de 2012, a Empresa tinha contratada junto do BCP um linha de desconto de cheques, com um plafond de 600 000 Euros que vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 4,0%.

18.2 Locações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2012			2011
	Custo	Depreciações	Valor	Valor
	de aquisição	acumuladas	contabilístico	contabilístico
Equipamento básico	22.427.982	13.766.266	8.661.716	10.405.650
Equipamento de transporte	25.517	20.201	5.316	34.046
	<u>22.453.499</u>	<u>13.786.467</u>	<u>8.667.032</u>	<u>10.439.696</u>

Para além dos bens em regime de locação financeira, não existem restrições à titularidade de ativos fixos tangíveis, com exceção dos mencionados na Nota 24..

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012		2011	
	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes
Credores por locações financeiras	<u>5.152.380</u>	<u>1.085.745</u>	<u>5.434.618</u>	<u>1.276.074</u>

Em 31 de Dezembro de 2012, a Empresa tinha contas a pagar às locadoras, no montante de 10.560.505 Euros, deduzidos de adiantamentos pagos por conta no montante de 4.322.380 Euros. Estes montantes vencem-se como se segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

2013	1.085.745
2014	371.526
2015	383.258
2016	395.360
2017	2.502.030
2018 e seguintes	1.500.206
	5.152.380
Total	6.238.125

A Empresa celebrou, em 2008, um contrato de sublocação com a Gestprint para a aquisição do equipamento de impressão "Rotativa 10", pelo valor de 7.928.073 Euros (Nota 25), com um plano de pagamento de 8 anos, vencendo juros à taxa anual de 7,108% e tendo sido definida uma opção de compra pelo valor residual de 2.400.000 Euros. Adicionalmente, decorrente deste contrato de sublocação, a Empresa em 31 de Dezembro de 2012 tinha procedido a pagamentos à Gestprint, correspondentes a caução e reforços da caução no montante de 4.322.380 Euros. Estes montantes vencem juros à taxa média de financiamento da Empresa.

18.3 Locações Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as locações operacionais existentes respeitam, essencialmente, à locação das instalações da Empresa em Queluz de Baixo, cujo contrato foi celebrado em 20 de Julho de 2004 com o Espírito Santo Ativos Financeiros, S.G.P.S., S.A. ("ESAF"), pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada. Sublinha-se que as responsabilidades futuras poderão ser significativamente reduzidas, caso as áreas objeto do contrato em apreço venham a ser parcialmente desafetadas, no quadro de um projeto imobiliário conduzido pelo ESAF, em apreciação na Câmara Municipal de Oeiras. Conforme previsto no contrato inicial, em 30 de Novembro de 2010, foi assinada uma adenda em que é reduzida a área locada e consequentemente as responsabilidades assumidas (Nota 20).

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os custos incorridos incluídos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" relativos àqueles contratos, são os seguintes:

	2012	2011
Fornecimentos e serviços externos	2.270.720	2.399.350

Em 31 de Dezembro de 2012, as responsabilidades futuras da Empresa com contratos de locação operacional vencem-se como segue:

2013	2.167.824
2014	2.167.824
2015	2.167.824
2016	2.167.824
2017	2.050.824
2018	1.699.824
2019	849.912
	13.271.856

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades da Empresa provenientes de contratos de locação operacional com vencimento superior a 5 anos, ascendiam a 2.549.736 Euros e 4.236.855 Euros, respetivamente.

Adicionalmente em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Empresa suportou gastos anuais no montante de 535 776 e 671 328 Euros, respetivamente, referentes ao contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, cujo término ocorre em 30 de Setembro de 2017 (Nota 25).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

19. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas “Outras contas a pagar” têm a seguinte composição:

	2012	2011
<u>Não corrente:</u>		
Gestigráfica	1.716.966	1.727.226
Contrato de impressão (b)	2.036.117	2.206.681
	<u>3.753.083</u>	<u>3.933.907</u>
<u>Corrente:</u>		
Credores por acréscimos de gastos:		
Rasográfica	-	137.705
Juros a liquidar (a)	1.216.757	1.681.532
Remunerações a liquidar	2.367.445	1.333.936
Rappel a liquidar	459.436	517.653
Fornecimentos e serviços externos	456.584	386.462
Credores diversos:		
Indemnizações a liquidar	252.000	503.150
Contrato de impressão (b)	220.582	160.548
Outros	190.571	75.611
	<u>5.163.375</u>	<u>4.796.597</u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui os montantes de 435.418 Euros e 431.280 Euros, respetivamente, a pagar a entidades relacionadas.

(b) Esta rubrica corresponde ao justo valor de uma obrigação associada a um contrato de impressão, com um valor nominal de 4.157.009 euros, que será liquidado em prestações mensais de 25.000 Euros até Outubro de 2022 (Nota 7).

20. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Fornecedores tem a seguinte composição:

	2012		2011	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores, conta corrente (a)	1.507.405	13.221.183	2.402.099	11.308.332
Fornecedores, títulos a pagar	-	163.285	-	502.637
Fornecedores, facturas em receção e conferência	-	667.058	-	1.456.724
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	-	4.357	-	82.374
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	-	205.492	-	85.492
	<u>1.507.405</u>	<u>14.261.375</u>	<u>2.402.099</u>	<u>13.435.559</u>

(a) Em Novembro de 2010, foi celebrado um aditamento ao contrato estabelecido entre a ESAF e a Empresa onde acordam alterar o montante da renda devida, atualmente, para 141.652 Euros. A renda passa a ser paga postecipadamente no mês a que disser respeito. A quantia devedora nessa data, no montante de 3.927.256 Euros será paga da seguinte forma: 1.663.807 Euros em 36 prestações mensais e sucessivas de 46.217 Euros vencendo-se a primeira em 1 de Abril de 2011 e 2.263.448 Euros por conta da mais-valia futura no projeto imobiliário gerido pela Gespatrimónio / ESAF. Em 31 de Dezembro de 2012, o valor nominal em dívida ascendia a 6.255.457 Euros, do qual 2.402.099 Euros se vence no médio e longo prazo.

21. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os montantes de 36.175 Euros e 35.433 Euros, respetivamente, respeitam a pagamentos antecipados a fornecedores por conta de fornecimentos futuros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

22. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	2012			2011		
	Activo	Passivo		Activo	Passivo	
	corrente	não corrente	corrente	corrente	não corrente	corrente
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas:						
Pagamentos especiais por conta (c)	269.858	-	-	279.224	-	-
Estimativa de Imposto (Nota 9)	-	-	92.014	-	-	167.429
Imposto a pagar	-	-	-	-	-	173.071
Retenção na fonte	185	-	-	330	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares			66.523	-	-	271.404
Imposto sobre o valor acrescentado	610.131	-	-	371.982	-	-
Contribuições para a segurança social (a)	-	-	2.338.839	-	-	911.610
Dívidas à Segurança Social integradas em planos de pagamentos (a)	-	1.659.353	982.067	-	2.065.725	575.696
Dívidas à Autoridade Tributária integradas em planos de pagamento	-	-	302.451	-	-	67.491
Dívidas à Autoridade Tributária em mora (b)	-	-	1.061.116	-	-	-
Outros impostos	-	-	6.154	-	-	10.040
	<u>880.174</u>	<u>1.659.353</u>	<u>4.849.164</u>	<u>651.536</u>	<u>2.065.725</u>	<u>2.176.741</u>

- (a) No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI, Segurança Social de Direcção Geral dos Impostos, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº. 316/98, de 20 de Outubro, conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposta a regularização das dívidas vencidas à segurança social em cento e cinquenta prestações mensais de 29.541 euros e a regularização das dívidas vencidas de IRS e IVA, em sessenta prestações mensais de 42.892 Euros, e juros vincendos calculados à taxa de 2,5%. O acordo final para a regularização nos termos propostos foi subscrito pelas partes envolvidas em 31 de Julho de 2005, o qual aprova o não pagamento de juros vencidos, dele sendo lavrada ata final nessa data, tendo o seu início em Setembro de 2005. Ao abrigo deste acordo, a Empresa solicitou a emissão de garantias bancárias a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, nos montantes de 3.397.244 Euros e 1.684.394 euros, respetivamente (Nota 24). Em 31 de Dezembro de 2012, mantinha-se ativa uma garantia de 2.540.548 Euros. O referido procedimento extrajudicial teve como pressuposto a consolidação financeira da Empresa.

Em 31 de Dezembro de 2012, as dívidas incluídas no referido processo de conciliação, venciam-se conforme segue:

2013 (i)	<u>982.067</u>
2014	406.372
2015	406.372
2016	406.372
2017	406.372
2018	<u>33.865</u>
Total a médio e longo prazo	<u>1.659.353</u>
	<u>2.641.420</u>

- (i) Em 31 de Dezembro de 2012, deste valor encontrava-se em mora o montante de 575.692 Euros

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

2012 (ii)	<u>575.695</u>
2013	406.372
2014	406.372
2015	406.372
2016	406.372
2017	406.372
2018	<u>33.865</u>
Total a médio e longo prazo	<u>2.065.725</u>
	<u>2.641.420</u>

- (ii) Em 31 de Dezembro de 2011, encontrava-se em mora o montante de 169.320 Euros

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

- (b) Em 31 de Dezembro de 2012, encontrava-se em mora o montante de 1.061.116 Euros cuja decomposição é a seguinte:

Retenções na fonte de IRS / IRC e imposto de selo	818.711
Retenções na fonte da sobretaxa extraordinária	57.788
Tributação autónoma referente ao exercício de 2011	184.617
	<u>1.061.116</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 encontravam-se em mora o montante de 1.156.193 Euros referente às dívidas fiscais e parafiscais seguintes:

Entidade	Tributo	data de vencimento	Em mora
Autoridade Tributária	IRC de 2010	30 de Dezembro de 2011	173.071
Autoridade Tributária	Retenções na fonte de IRS/IRC e Imposto de selo (a)	20 de Março de 2011	36.195
Autoridade Tributária	Retenções na fonte de IRS/IRC e Imposto de selo	20 de Dezembro de 2011	112.081
Autoridade Tributária	Taxa extraordinária	23 de Dezembro de 2011	57.788
Segurança Social	Taxa Social Única	15 de Janeiro de 2011	226.526
Segurança Social	Taxa Social Única	20 de Setembro de 2011	65.293
Segurança Social	Taxa Social Única	20 de Outubro de 2011	94.140
Segurança Social	Taxa Social Única	20 de Novembro de 2011	136.165
Segurança Social	Taxa Social Única	20 de Dezembro de 2011	254.934
			<u>1.156.193</u>

- (c) Em 31 de Dezembro de 2012, a decomposição dos pagamentos especiais por conta respeitante aos seguintes exercícios:

2009	70.000
2010	70.000
2011	70.000
2012	59.858
	<u>269.858</u>

23. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de “Diferimentos passivos” tem a seguinte composição:

	2012	2011
	Corrente	Corrente
Faturação antecipada	<u>263.210</u>	<u>375.000</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

24. PASSIVOS, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Lisgráfica tinha solicitado a emissão de garantias bancárias prestadas a favor de terceiros no montante de 4.275.211 Euros e 4.165.505 Euros, respetivamente, que visam, essencialmente, garantir o seguinte:

	Banco	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	BCP	2.540.547	2.540.548
Direcção Geral de Impostos (b)	CGD	1.207.971	1.207.971
Iberdrola Generación. SAU (d)	BCP	160.000	-
IAPMEI (c)	Banif	341.267	341.267
Petrogal - Petróleos de Portugal, S.A. (d)	BES	8.500	8.500
Fundação Inatel (e)	BCP	-	44.738
Câmara Municipal do Porto (e)	BES	9.606	9.606
Câmara Municipal de Almada (e)	BES	7.320	7.320
Câmara Municipal de Oeiras (e)	BES	-	2.821
Câmara Municipal de Mafra (e)	BES	-	2.734
		<u>4.275.211</u>	<u>4.165.505</u>

(a) Garantia prestada no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 22).

(b) Garantia prestada no âmbito da liquidação adicional efetuada pela Administração Fiscal referente ao exercício de 2004 (Nota 10).

(c) Garantia prestada no âmbito do subsídio reembolsável obtido do IAPMEI (Nota 18.1).

(d) Garantia prestada a fornecedor no âmbito de acordo comercial.

(e) Garantias prestadas a clientes no âmbito de acordos comerciais.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, existiam equipamentos dados como penhor para os seguintes efeitos, com os respectivos limites:

	2012	2011
Empréstimos bancários	20.240.000	20.240.000
Locações financeiras	1.566.478	1.348.756
Fornecedores	275.809	275.809
Estado e outros entes públicos	1.205.990	2.692.993
	<u>23.288.277</u>	<u>24.557.558</u>

Adicionalmente, em resultado da renegociação do passivo financeiro junto do BCP, a Empresa assumiu diversas garantias, nomeadamente, o penhor sobre direito de crédito emergente do contrato de impressão celebrado em 19 de Dezembro de 2008 entre a Empresa e as Páginas Amarelas, S.A., a constituição de penhor sobre os direitos de crédito atribuídos à Empresa nos termos do contrato / protocolo celebrado em 20 de Julho de 2004, entre esta e o Fundo de Investimento Imobiliário gerido e legalmente representado pela ESAF, para o desenvolvimento conjunto de um projeto imobiliário e a constituição de penhor do direito de crédito detido pela Empresa sobre a Impala.

25. PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 50,99% pela Rasográfica com sede em Campo Raso, Sintra e em 39,40% pela Gestprint, com sede em Lisboa.

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

2012				
	Fornecimentos e serviços externos (Notas 19.2 e 27)	Gastos com pessoal (Nota 28)	Juros e gastos similares suportados (Nota 33)	Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 32)
Rasográfica	535.776	-	-	-
Gestprint	600.477	-	435.418	-
Conselho de Administração	-	657.082	-	-
	<u>1.136.253</u>	<u>657.082</u>	<u>435.418</u>	<u>-</u>
2011				
	Fornecimentos e serviços externos (Notas 19.2 e 27)	Gastos com pessoal (Nota 28)	Juros e gastos similares suportados (Nota 33)	Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 32)
Rasográfica	671.328	-	-	200.308
Gestprint	910.751	-	431.280	267.796
Conselho de Administração	-	318.442	-	-
	<u>1.582.079</u>	<u>318.442</u>	<u>431.280</u>	<u>468.104</u>

O montante de 535.776 Euros, registado na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, corresponde aos custos suportados com o contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso (Nota 27). A rubrica de "Juros e rendimentos similares obtidos" corresponde aos juros debitados sobre saldos devedores destas entidades.

O montante de 600.477 Euros, registado na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, corresponde aos valores debitados pela Gestprint correspondente à sublocação da "Rotativa 10" na parte relativa à amortização do capital (Nota 19.2).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2012					
	Acionistas		Outras contas a receber (Nota 12)	Credores por locação financeira (Nota 19.2)	Outras contas a pagar (Nota 20)
	não correntes	correntes			
Rasográfica	2.281.875	380.022	-	-	-
Gestprint	-	-	-	-	(2.094.465)
Conselho de Administração	-	-	351.876	-	(5.612)
	<u>2.281.875</u>	<u>380.022</u>	<u>351.876</u>	<u>-</u>	<u>(2.100.077)</u>
2011					
	Acionistas		Outras contas a receber (Nota 12)	Credores por locação financeira (Nota 19.2)	Outras contas a pagar (Nota 20)
	não correntes	correntes			
Rasográfica	2.454.703	154.797	-	-	-
Gestprint	-	-	-	(63.293)	(1.303.249)
Conselho de Administração	-	-	-	-	(69.041)
	<u>2.454.703</u>	<u>154.797</u>	<u>-</u>	<u>(63.293)</u>	<u>(1.372.290)</u>

Em 31 de Dezembro de 2012, a Empresa tem contas a receber da Rasográfica nos seguintes montantes:

-1.260.000 Euros respeitante a cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica, cujo reembolso se encontra associado ao término do contrato de arrendamento. Os termos ou condições praticados com a Rasográfica e Gestprint são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

- 1.401.897 Euros, do qual 1.194.159 Euros se encontra titulado por duas letras no montante de 455.467 Euros e 747.575 Euros, respectivamente, descontadas numa instituição financeira, não vencendo juros e tendo 1.021.875 Euros sido registados como não correntes.

Atendendo à estrutura de governação da Empresa e ao processo de tomada de decisão, esta apenas considera “pessoal-chave da gerência” o Conselho de Administração, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua atividade são tomadas por este.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração da Empresa de 657.082 Euros e 311.442 Euros, respetivamente, tendo sido atribuídas remunerações ao Conselho Fiscal de 5.200 Euros e 19.200 Euros, respetivamente.

26. RÉDITO - PRESTAÇÕES DE SERVIÇO POR TIPO DE PRODUTO

O rédito relativo a prestações de serviço por tipo de produto reconhecido pela Empresa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 tem a seguinte composição:

	2012	2011
Revistas	9.987.130	14.983.721
Jornais e suplementos	7.363.350	7.972.839
Catálogos e folhetos	3.471.182	4.506.012
Listas	643.225	1.006.113
Outros	989.693	1.060.400
	<u>22.454.580</u>	<u>29.529.085</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as prestações de serviço realizaram-se, essencialmente, no mercado nacional.

27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Subcontratos	613.070	853.755
Trabalhos especializados	406.894	456.832
Conservação e reparação	393.061	1.488.212
Energia e fluídos	2.350.654	2.272.605
Deslocações, estadas e transportes	313.324	322.002
Rendas e alugueres (a)	2.270.771	2.399.350
Outros	589.780	691.840
	<u>6.937.554</u>	<u>8.484.596</u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui os montantes de 535.776 Euros e 671.328 Euros, respectivamente, decorrente de transações com entidades relacionadas (Nota 25).

28. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 25)	657.082	318.442
Remunerações do pessoal	4.765.140	5.593.878
Encargos sobre remunerações	1.216.589	1.366.943
Indemnizações	211.050	723.271
Gastos de acção social	43.316	111.081
Outros	554.488	655.356
	<u>7.447.665</u>	<u>8.768.971</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o número médio de pessoas ao serviço foi de 289 e 313 empregados, respetivamente. A variação resulta essencialmente do processo de reestruturação, desenvolvido a partir de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2012, a Empresa tinha na situação de suspensão temporária do contrato de trabalho (lay-off) 26 trabalhadores, prosseguindo, no entanto, a atividade normal.

Os outros gastos incorridos com pessoal no decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 respeitam, essencialmente, a senhas para refeição.

29. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Rendimentos suplementares (a)	1.049.712	954.883
Descontos de pronto pagamentos obtidos	85	3.355
Imputação de subsídios do Governo (b)	12.347	12.348
Correcções relativas a exercícios anteriores	12.040	22.879
Rendimentos e ganhos em activos fixos tangíveis (c)	523.821	656.680
Rendimentos e ganhos em activos financeiros	19.614	-
Regularizações	-	1.257.492
Actualização do justo valor (d)	482.451	406.426
Outros	37.056	42.326
	<u>2.137.126</u>	<u>3.356.389</u>

(a) Nesta rubrica são registados os subarrendamentos de parte das instalações da Empresa que estão a ser utilizadas por outras entidades bem como os custos imputados e faturados a empresas que desenvolvem a sua atividade operacional nas instalações da Lisgráfica.

(b) Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estes montantes foram reconhecidos em resultados em contrapartida da rubrica de outras variações no capital próprio, conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imputação de subsídios do Governo	12.347	12.347
Reversão do passivo por imposto diferido (Nota 10)	(818)	(818)
	<u>11.529</u>	<u>11.529</u>

(c) Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica engloba os montantes de 484.017 Euros e 627.000 Euros, respetivamente, referentes à indemnização da Seguradora pelos sinistros corridos no exercício de 2011.

(d) Em 2012 e 2011, este montante corresponde à atualização do montante em dívida a pagar à ESAF (nota 20) e de saldos a receber de Clientes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

30. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 tem a seguinte composição:

	2012	2011
Impostos (a)	196.852	209.055
Descontos de pronto pagamento concedidos	14.627	20.485
Dividas incobráveis	-	4.302
Correções relativas a exercícios anteriores	63.030	618.068
Gastos e perdas em investimentos financeiros	-	25.310
Gastos e perdas em ativos fixos tangíveis	25.948	-
Despesas não documentadas	66.000	160.000
Atualização do justo valor	-	366.579
Outros (b)	199.618	127.033
	<u>566.075</u>	<u>1.530.832</u>

(a) Nesta rubrica são registados os custos suportados pela Empresa relativos, essencialmente, a imposto de Selo sobre transações bancárias, nomeadamente, emissão de letras, garantias e empréstimos.

(b) Em 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica inclui o montante de 127.952 Euros referente aos sinistros ocorridos no decorrer do exercício de 2011 cujo impacto apenas foi possível apurar em 2012.

31. DEPRECIAÇÕES

A rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 tem a seguinte composição:

	2012	2011
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	3.477.861	4.198.414
Activos intangíveis (Nota 7)	366.077	381.260
	<u>3.843.938</u>	<u>4.579.674</u>

32. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e outros rendimentos similares obtidos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 têm a seguinte composição:

	2012	2011
Juros obtidos:		
Depósitos em instituições de crédito	738	843
Financiamentos concedidos a acionistas	-	468.104
Outros rendimentos	20.017	24.229
	<u>20.755</u>	<u>493.176</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

33. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os juros e gastos similares suportados reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 têm a seguinte composição:

	2012	2011
Juros suportados:		
Financiamentos bancários (a)	1.296.231	1.981.129
Locações financeiras	592.001	516.762
Outros	464.834	370.193
Comissões e encargos similares	172.129	144.394
Serviços bancários	58.954	121.833
Outros gastos de financiamento	1.720	37.486
	<u>2.585.869</u>	<u>3.171.797</u>

(a) Em 2012 e 2011, esta rubrica inclui o montante de 435.418 Euros e 431.280 Euros, respectivamente, relacionados com o contrato de sublocação financeira celebrado com a Gestprint (Nota 25).

34. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por acção básico dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, foi determinado como segue:

	2012	2011
Resultado:		
Resultado líquido do exercício	<u>(6.958.903)</u>	<u>(20.103.684)</u>
Número de ações da Lisgráfica	186.696.620	186.696.620
Número de ações próprias	(52.513)	(52.513)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido do ação básico e diluído (a)	<u>186.644.107</u>	<u>186.644.107</u>
Resultado por ação:		
Básico	(0,0373)	(0,1077)

(a) Este montante corresponde ao número total de ações da Lisgráfica, deduzido de 52.213 ações próprias.

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

35. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os honorários totais faturados durante os exercícios findos naquelas datas pelo Revisor Oficial de Contas relativamente à revisão legal das contas anuais foram de 55.000 Euros e 55.000 Euros, respetivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Dezembro de 2012, a Empresa pediu a adesão a um Plano Especial de Revitalização, que foi aceite pelo 1º. Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa e que tem como objetivo principal a redução do passivo, por acordo com os credores, e a implementação de um conjunto de medidas de reestruturação.

Nesta data, o processo encontra-se em fase de negociação com os credores, o qual deverá ser votado nos últimos dias de Abril p.f.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	6	14 862 899	18 363 936
Ativos intangíveis	7	1 982 143	2 348 220
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	-	5 386
Participações financeiras - outros métodos		-	2 000
Acionistas	25	2 281 875	2 454 703
Clientes	11	2 034 709	3 224 599
Outras contas a receber	11	2 940 355	2 932 473
Total do ativo não corrente		24 101 981	29 331 317
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	10	353 919	741 283
Clientes	11	6 396 875	8 967 596
Adiantamentos a fornecedores	21	36 175	35 433
Estado e outros entes públicos	22	880 174	651 536
Acionistas	25	380 022	154 797
Outras contas a receber	11	640 468	1 151 679
Diferimentos	12	23 406	25 966
Caixa e depósitos bancários	4	123 272	231 084
Total do ativo corrente		8 834 311	11 959 374
Total do ativo		32 936 292	41 290 691
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	13	9 334 831	9 334 831
Acções próprias	13	(474 121)	(474 121)
Reserva legal	14	1 357 744	1 357 744
Outras reservas	14	7 923 900	7 923 900
Resultados transitados		(57 899 394)	(38 009 644)
Ajustamentos em ativos financeiros	15	(3 327 664)	(3 113 730)
Excedentes de revalorização	16	34 955	34 955
Outras variações no capital próprio		35 212	47 559
Resultado líquido do exercício	34	(43 014 537)	(22 898 506)
Total do capital próprio		(6 958 903)	(20 103 684)
		(49 973 440)	(43 002 190)
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	17	1 455 229	1 447 109
Fornecedores	20	1 507 405	2 402 099
Estado e outros entes públicos	22	1 659 353	2 065 725
Financiamentos obtidos	18	6 697 339	6 297 010
Passivos por impostos diferidos	10	10 603	13 875
Outras contas a pagar	19	3 753 083	3 933 907
Total do passivo não corrente		15 083 012	16 159 725
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	20	14 261 375	13 435 559
Adiantamentos de clientes		-	5 876
Estado e outros entes públicos	22	4 849 164	2 176 741
Financiamentos obtidos	18	43 289 596	47 343 383
Outras contas a pagar	19	5 163 375	4 796 597
Diferimentos	23	263 210	375 000
Total do passivo corrente		67 826 720	68 133 156
Total do passivo		82 909 732	84 292 881
Total do capital próprio e do passivo		32 936 292	41 290 691

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Rbeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Bráz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011
Vendas e serviços prestados	26	22 454 580	29 529 085
Perdas imputadas a subsidiárias	8	(8 120)	(10 274 451)
Variação nos inventários da produção	10	(62 443)	81 619
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(7 765 393)	(11 257 249)
Fornecimentos e serviços externos	27	(6 937 554)	(8 484 596)
Gastos com o pessoal	28	(7 447 665)	(8 768 971)
Imparidade de inventários	10	26 722	18 784
Imparidade de dívidas a receber	11	(2 276 523)	(3 927 160)
Provisões	17		(1 423 841)
Imparidades de investimentos não depreciables/amortizáveis			(1)
Outros rendimentos e ganhos	29	2 137 126	3 356 389
Outros gastos e perdas	30	(566 075)	(1 530 832)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(445 345)	(12 681 224)
Gastos de depreciação e de amortização	31	(3 843 938)	(4 579 673)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(4 289 283)	(17 260 897)
Juros e rendimentos similares obtidos	32	20 755	493 176
Juros e gastos similares suportados	33	(2 585 869)	(3 171 797)
Resultado antes de impostos		(6 854 397)	(19 939 518)
Imposto sobre o rendimento do exercício	9 e 22	(104 506)	(164 166)
Resultado líquido do exercício		(6 958 903)	(20 103 684)
Resultado por ação básico	34	(0.0373)	(0.1077)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Bráz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Capital realizado	Ações próprias	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	9 334 831	(474 121)	1 357 744	7 923 900	(31 203 922)	(3 113 730)	34 955	47 559	(6 793 374)	(22 886 158)
Alterações no período:										
Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010	-	-	-	-	(6 793 374)	-	-	-	6 793 374	-
Outras operações (Nota 29)	-	-	-	-	(12 348)	-	-	-	-	(12 348)
Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	(20 103 684)	(20 103 684)
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	9 334 831	(474 121)	1 357 744	7 923 900	(38 009 644)	(3 113 730)	34 955	47 559	(20 103 684)	(43 002 190)
Alterações no período:										
Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011	-	-	-	-	(20 103 684)	-	-	-	20 103 684	-
Outras operações (Notas 16 e 29)	-	-	-	-	201 587	(213 934)	-	-	-	(12 347)
Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	(6 958 903)	(6 958 903)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	9 334 831	(474 121)	1 357 744	7 923 900	(57 911 741)	(3 327 664)	34 955	47 559	(6 958 903)	(49 973 440)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão
Jaime Luciano Marques Baptista da Costa
António Pedro Marques Patrocinio
António Bráz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Nota</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		23 245 771	32 873 919
Pagamentos a fornecedores		(16 350 839)	(20 414 255)
Pagamentos ao pessoal		(4 215 750)	(7 927 064)
Fluxos gerados pelas operações		<u>2 679 182</u>	<u>4 532 600</u>
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(59 858)	(70 000)
Outros recebimentos / pagamentos		<u>147 970</u>	<u>(1 555 860)</u>
Fluxos das atividades operacionais [1]		<u><u>2 767 294</u></u>	<u><u>2 906 740</u></u>
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos intangíveis		(250 000)	-
Ativos fixos tangíveis			(186 443)
		<u>(250 000)</u>	<u>(186 443)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		2 000	36 506
Ativos fixos tangíveis		20 400	-
Juros e rendimentos similares		<u>553</u>	<u>1 204</u>
		<u>22 953</u>	<u>37 710</u>
Fluxos das atividades de investimento [2]		<u><u>(227 047)</u></u>	<u><u>(148 733)</u></u>
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		<u>68 404</u>	<u>26 082</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(389 612)	(787 287)
Juros e gastos similares		(1 786 823)	(1 254 579)
Amortizações de contratos de locação financeira		<u>(438 297)</u>	<u>(532 163)</u>
		<u>(2 614 732)</u>	<u>(2 574 029)</u>
Fluxos das atividades de financiamento [3]		<u><u>(2 546 328)</u></u>	<u><u>(2 547 947)</u></u>
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(6 081)	210 060
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	110 541	(99 519)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	104 460	110 541

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Bráz Monteiro

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal (Contas individuais e consolidadas)

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório individual e consolidado de gestão e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2 No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Acompanhamos igualmente os trabalhos desenvolvidos por PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. e apreciamos as Certificações Legais das Contas, em anexo, com as quais concordamos.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço individual, a Demonstração consolidada da posição financeira, as Demonstrações individuais e consolidadas dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração individual e consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração individual e consolidada de fluxos de caixa e os correspondentes Anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) os Relatórios individual e consolidado de gestão são suficientemente esclarecedores da evolução dos negócios e da situação da Empresa e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis (só aplicável no caso das individuais).

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes das Certificações Legais das Contas, somos do parecer que:

i) sejam aprovados os Relatórios individual e consolidado de gestão;

ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas;

iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de gestão das contas individuais.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

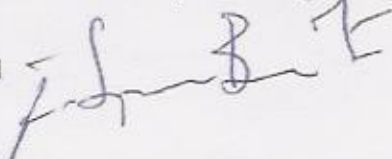
29 de abril de 2013

O Presidente do Conselho Fiscal



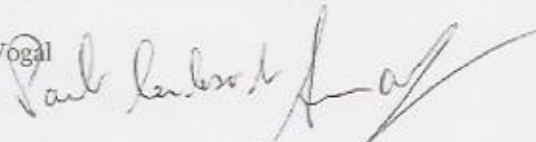
Dr. Eduardo António Aço Montenegro Santos

O Vogal



Dr. José Manuel Spínola Barreto Brito

O Vogal



Dr. Paulo Fernando Vieira de Carvalho Cardoso do Amaral

Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A.
Certificação Legal das Contas e Relatório de
Auditoria sobre a Informação Financeira
Individual

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 32.936.292 euros e um total de capital próprio negativo de 49.973.440 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 6.958.903 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Ênfases

9 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo nº 7 acima, chamamos a atenção para as seguintes situações:

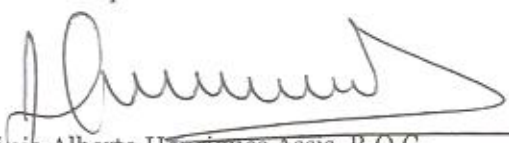
- a) a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria relativos ao exercício de 2011, emitidos em 28 de maio de 2012, incluíam reservas por limitação de âmbito pelo facto de:
 - i) (a) não ter sido disponibilizada informação relevante para concluir quanto à recuperabilidade esperada de um saldo a receber de um cliente, no montante de 3.528 milhares de euros, cuja cobrança está a ser discutida em tribunal, e (b) existirem diferenças, de aproximadamente 800 milhares de euros, entre o montante dos financiamentos registados na contabilidade e os montantes que foram referidos na resposta enviada por parte de uma instituição financeira, não tendo sido possível realizar para ambas as situações suficientes procedimentos alternativos de auditoria que permitissem concluir quanto à razoabilidade daqueles saldos. No decorrer de 2012 estas limitações foram resolvidas e os ajustamentos que se concluiu necessários foram registados;
 - ii) não ter sido possível confirmar a adequação do princípio da continuidade das operações adotado na elaboração das demonstrações financeiras, não se encontrando devidamente divulgadas pela Empresa as bases para a sua utilização. Em 31 de dezembro de 2012 mantém-se aplicável o incumprimento das disposições dos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais, pelo facto da Empresa apresentar o capital próprio negativo em 49.973 milhares de euros (2011: 43.002 milhares de euros), e também naquela data, os resultados operacionais gerados foram negativos em, aproximadamente, 4.289 milhares de

euros (2011: 17.261 milhares de euros) e o ativo corrente era inferior ao passivo corrente em, aproximadamente, 58.993 milhares (2011: 56.174 milhares de euros), situações que têm vindo a persistir nos últimos exercícios. No entanto, conforme referido no Relatório de Gestão, em dezembro de 2012, a Empresa aderiu a um plano especial de revitalização, cujas condições se encontram presentemente em negociação junto dos credores, e que, a confirmar-se a sua aprovação, se espera vir a criar as condições de viabilidade futura que visam procurar garantir a continuidade das operações da Empresa, por via de uma substancial redução do passivo e diminuição dos custos operacionais e financeiros. Nas circunstâncias, apesar da incerteza associada ao desfecho deste processo, consideramos adequada a aplicação do princípio da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras anexas e as divulgações incluídas no Relatório de gestão.

- b) as presentes demonstrações financeiras, referem-se à atividade da Empresa a nível individual e foram elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 8 do anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros nas subsidiárias foram registados pelo método da equivalência patrimonial. No entanto a Empresa também preparou demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro adotadas pela União Europeia, para publicação em separado, nos termos da legislação em vigor.

29 de abril de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077
representada por:


António Alberto Henriques Assis, R.O.C.

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90
Queluz de Baixo – 2730-053 Barcarena
NIPC e nº matrícula da Conservatória do Registo Comercial de Cascais
500166587
Capital Social: 9.334.831 Euros

Declarações de Conformidade

Em cumprimento da alínea c) no nº1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram tanto quanto é do seu conhecimento que o relatório de gestão, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Lisgrafica – Impressão e Artes Gráficas, S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Lisgrafica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. e empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Queluz de Baixo, 26 de Abril de 2013

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

Vice-Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva

António Pedro Marques Patrocínio

Vogal do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva

António Braz Monteiro

Vogal do Conselho de Administração